

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

THAIS COSTA MOURA

**OS IMPACTOS DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO PROJETO LEME: OFICINAS
PREPARATÓRIAS PARA O ENEM AOS ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE SÃO
BORJA-RS**

São Borja-RS

2019

THAIS COSTA MOURA

**OS IMPACTOS DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO PROJETO LEME: OFICINAS
PREPARATÓRIAS PARA O ENEM AOS ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE SÃO
BORJA-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Gerson de Lima Oliveira

São Borja-RS

2019

THAIS COSTA MOURA

**OS IMPACTOS DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO PROJETO LEME: OFICINAS
PREPARATÓRIAS PARA O ENEM AOS ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE SÃO
BORJA-RS**

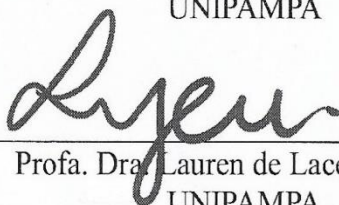
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Humanas - Licenciatura
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Licenciada em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05 de julho de 2019.

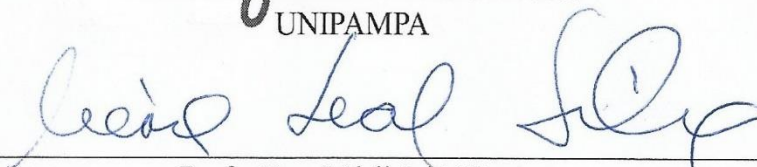
Banca examinadora:



Prof. Dr. Gerson de Lima Oliveira
Orientador
UNIPAMPA



Profa. Dra. Lauren de Lacerda Nunes
UNIPAMPA



Profa. Dra. Mérli Leal Silva
UNIPAMPA

À minha avó, Vilma Helena Rodrigues Moura
(*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Gerson de Lima Oliveira, por toda calma e orientação dada na construção da presente pesquisa.

À Professora Doutora Lauren de Lacerda Nunes, por cada subsídio dado para o desenvolvimento do projeto de extensão “LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM”.

À todas e todos que fizeram parte do projeto citado e analisado no presente trabalho, desde 2015 até o presente momento, tornando possível a realização deste e promovendo impacto significativo na comunidade São-borjense, mesmo se tratando de um trabalho voluntário, que foi desenvolvido com muito empenho e companheirismo.

A meus pais, Leila Moura e Tiago Moura por serem pessoas tão incríveis e por todo apoio e amor dado desde meu nascimento, mas, principalmente, por todos os sacrifícios vividos para me fazer chegar até aqui e desejar que vá muito além, sempre.

A meu irmão, Lucas Moura, por ser uma base de apoio importante para mim.

À minha avó, Vilma Moura (*in memoriam*), por toda sua história e barreiras enfrentadas para dar estudo ao meu pai e, conseqüentemente, a mim. Por ser uma mulher sábia, amorosa e grande exemplo a ser seguido.

Aos meus avôs maternos, Maria (Sibele) e Duarte, por todo amor, carinho e apoio dado desde a primeira vez que respirei até os dias de hoje.

A João Gabriel, meu companheiro e amigo que, em tão pouco tempo, representou uma presença significativa neste processo tão importante para minha formação pessoal e profissional.

Por fim, aos meus amigos, Francieli Sosa, Leonardo Barcelos, Matheus Furtado e Gyheniffer Fontela, por estarem ao meu lado nestes quatro anos de graduação, constituindo laços de amizade sinceros e concretos.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

O presente trabalho buscou, por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, analisar os impactos do Projeto de Extensão Universitária LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM para os alunos do município de São Borja-RS. Partindo de uma breve discussão sobre o surgimento de Instituições de Ensino Superior no país e sua federalização, seguida da institucionalização da Extensão como pilar fundamental para a formação de profissionais conscientes de seu papel e das universidades socialmente no país, busca-se refletir sobre como esse processo de construção da Educação Superior no Brasil foi direcionado às grandes elites do país e, por meio de políticas públicas de democratização do acesso à Educação Superior, essa realidade começou a mudar. Com base nisso, a Universidade Federal do Pampa se apresentou como resultado dessas políticas, e o curso de Ciências Humanas - Licenciatura no campus de São Borja-RS foi uma tentativa de superar a deficiência de professores formados na área nas escolas públicas da região. Como iniciativa dos alunos do curso, o surgimento do Projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM se apresenta com o objetivo de promover a preparação, sem custo, de estudantes e trabalhadores do município de São Borja que buscam ingressar no ensino superior. Assim, de acordo com as metodologias adotadas para a presente pesquisa, foi possível traçar o perfil dos alunos que participaram das edições de 2015, 2016, 2017 e 2018, observando que a maioria desses alunos é oriunda da região norte do município, a mesma região onde a Universidade está inserida e são do público feminino. Em relação à renda, observou-se que o público predominante é classificado, pelo Governo Federal, com um perfil socioeconômico "Vulnerável" ou "Baixa Classe Média", fomentando a discussão sobre a distância dos alunos pobres do espaço universitário. Além disso, a pesquisa indica o grau de aprovação de estudantes em Instituições de Ensino Superior (públicas e privadas) e, a partir disso, buscou-se refletir sobre a importância das atividades de extensão, especialmente o projeto LEME, para a comunidade e alunos que participaram.

Palavras-chave: Educação; Extensão; Impacto Social.

ABSTRACT

The present paper sought, through documental research and semi-structured interviews, to analyze the impacts of the University Extension Project LEME: Preparatory Workshops for the ENEM to the students of the municipality of São Borja-RS. Starting with a brief discussion about the emergence of Higher Education Institutes in the country and its federalization, followed by the institutionalization of the Extension as a fundamental pillar for the formation of professionals aware of theirs and the universities role socialwise in the country, it is sought to reflect on how this process of construction of Higher Education in Brazil was directed at the great elites of the country and, through public policies of access democratization to Higher Education, this reality began to change. Based on that, the Federal University of Pampa presented itself as a result of these policies, and the Licentiate degree course in Human Sciences at the São Borja-RS campus was an attempt to overcome the deficiency of teachers graduated in the area in the public schools of the region. As an initiative of the course students, the emergence of the Project LEME: Preparatory Workshops for the ENEM presents itself with the objective of promoting the preparation, without any cost, of students and workers of the municipality of São Borja who seek to enter higher education. Thus, according to the methodologies adopted for the present research, it was possible to trace the profile of students who attended the editions of 2015, 2016, 2017 and 2018, observing that most of these students come from the northern region of the municipality, the same region where the University is inserted, and are of the female public. Regarding income, it was observed that the predominant public is classified, by the Federal Government, with a "Vulnerable" or "Lower Middle Class" socioeconomic profile, fomenting the discussion about the distance of poor students from the university space. In addition, the research indicates the approval rating of students in Higher Education Institutions (public and private) and from this, it was sought to reflect on the importance of extension activities, especially the LEME project, to the community and students who participated.

Keywords: Education; Extension; Social Impact.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Marca do projeto	26
Figura 2 – Forma pela qual os estudantes souberam do processo seletivo (2016-2018)	31
Figura 3 – Recepção dos estudantes aprovados para a edição 2018 do projeto	32
Figura 4 – Oficina “Conhecendo a UNIPAMPA”, ministrada pelo Assistente Social da instituição e coordenador do projeto (edição 2017)	33
Figura 5 – Oficina de formação deicineiros realizada no ano de 2017	34
Figura 6 – 3º Aulão Aberto Interdisciplinar do projeto. Tema: “Diversidade Cultural” (Colégio Estadual Getúlio Vargas, 2018).....	35
Figura 7 – Perfil socioeconômico da população são-borjense em 2010 (%).....	42
Figura 8 – Nível de escolaridade da população adulta do município (%) – 2000/2010.....	43
Figura 9 – Gênero dos estudantes que frequentaram o projeto LEME	45
Figura 10 – Escolaridade dos estudantes que frequentaram o projeto	46
Figura 11 – Região onde os estudantes habitavam quando frequentaram o projeto	47
Figura 12 – Classificação socioeconômica dos estudantes de acordo com a renda <i>per capita</i>	48
Figura 13 – Índice de aprovação dos estudantes em IES (ingresso em 2018).....	50
Figura 14 – IES em que os estudantes foram aprovados (ingresso em 2018).....	51
Figura 15 – Índice de aprovação dos estudantes em IES (ingresso em 2019/I)	52
Figura 16 – IES em que os estudantes foram aprovados (ingresso em 2019/I).....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRUB – Conselho de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FORPROEXT – Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano do Município

IES – Instituições de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

UB – Universidade Brasileira

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

URJ – Universidade do Rio de Janeiro

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A UNIVERSIDADE NO BRASIL: HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO	14
2.1	A Extensão Universitária brasileira	17
2.2	A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).....	21
2.2.1	A UNIPAMPA São Borja-RS e o curso de Ciências Humanas – Licenciatura.....	23
3	O PROJETO LEME: OFICINAS PREPARATÓRIAS PARA O ENEM	25
3.1	O público-alvo	26
3.2	Ações desenvolvidas.....	29
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
4.1	Pesquisa documental	36
4.2	Entrevistas semi-estruturadas	37
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
5.1	O nível de escolaridade da população são-borjense	39
5.2	O perfil dos estudantes que frequentaram o projeto LEME	43
5.3	Impactos do projeto.....	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICES	59
	ANEXOS.....	68

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Pública tem como eixo principal a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Partindo desta premissa, e com base na construção histórica das Instituições de Ensino Superior, desde o Brasil Colônia até a promulgação da Constituição de 1988, é possível perceber que estas se fizeram através de diversas vertentes, mas, sobretudo, voltadas para a formação de estudantes das classes mais elevadas. Foi somente a partir da década de 1960, no Brasil, que as concepções de Universidade começaram a ser questionadas, em especial sobre os “muros” existentes entre a comunidade acadêmica e a comunidade geral. No entanto, é somente em 1991, a partir do I Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras que a Extensão Universitária, tal como conhecemos hoje, passou a ser discutida, conceituada e institucionalizada enquanto um dos pilares de formação acadêmica e de aproximação da Universidade com a Sociedade.

A partir das intensas discussões sobre o papel da Extensão Universitária, esta, atualmente, é voltada para a formação através da inserção dos estudantes de graduação na comunidade para atuação em sua área de formação. Trata-se de uma construção de saberes de forma dialógica, onde, a partir da relação Universidade-comunidade, saberes são construídos, difundidos e discutidos, de forma democrática e metodológica, de acordo com a área de atuação de cada projeto desenvolvido pelas Instituições de Ensino Superior.

Partindo dessa premissa, o projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM é um projeto de extensão vinculado ao curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja-RS. Neste, que tem por intuito preparar alunos de baixa renda e trabalhadores para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), estudantes dos mais diversos cursos, tanto do campus São Borja-RS da UNIPAMPA quanto dos cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), planejam, organizam e desenvolvem oficinas voltadas para a preparação destes estudantes, aliando o propósito de democratizar o acesso à educação ao espaço para a prática da docência enquanto futuros profissionais da educação.

O projeto iniciou suas atividades no ano de 2015 e, deste então, possui, até o momento, quatro edições realizadas (2015, 2016, 2017 e 2018) e uma edição em andamento (2019). Desta forma, presente trabalho tem por objetivo analisar os impactos do projeto de extensão LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM aos alunos no município de São Borja-RS. Para isso, busca-se delimitar o(s) perfil(is) de aluno(s) atendidos pelo projeto, o índice de

escolaridade dos moradores do município, além de compreender as diretrizes que dispõe sobre as ações extensionistas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e fomentar a reflexão acerca da importância das ações extensionistas em instituições públicas como forma de estabelecer vínculos entre comunidade e universidade. Portanto, se faz necessária a discussão teórica sobre os métodos empregados para o desenvolvimento da pesquisa objetivada, através de metodologias de pesquisa qualitativas e quantitativas, abordadas nas obras de Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2003) e Antônio Carlos Gil (2008), constituindo cada etapa desta pesquisa, da concepção e formulação do problema à mensuração dos dados obtidos.

A partir das informações coletadas, é possível afirmar que a presente pesquisa se faz necessária para que seja observado quais os resultados que o projeto já atingiu desde sua implantação até o presente momento, de forma a colaborar na compreensão do cenário educacional da cidade, os impactos desta ação extensionista na comunidade e quais as dificuldades ainda encontradas no desenvolvimento do projeto. Desta forma, será possível que se fomente a discussão, não somente na academia como na comunidade, acerca da precarização da educação e a luta por uma educação pública e de qualidade para todos.

2. UNIVERSIDADE NO BRASIL: HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO

De acordo com Wanderley (1994, p. 37), a universidade tem por fim, desde o princípio de sua constituição enquanto instituição de formação profissional, cultivar e transmitir o saber acumulado. Apesar de enfrentar as mais diversas modificações em decorrência dos processos históricos que marcam a história da humanidade, a universidade foi, constantemente, buscando se adaptar à nova realidade vigente.

No Brasil, diversos foram os processos ocorridos para a criação das Instituições de Ensino Superior (IES). De acordo com Fávero (2006, p. 20 apud MOACYR, 1937, p. 580-581), as movimentações pelo surgimento das IES brasileiras se iniciaram no período colonial. No entanto, encontrou-se grande resistência tanto por parte da Coroa Portuguesa quanto por parte dos brasileiros. Isto se deu pelo fato de que não era visto como uma necessidade a existência de IES em território brasileiro, uma vez que era considerado mais adequado que as elites buscassem seus estudos superiores em universidades europeias renomadas. Diversas tentativas ocorreram, inclusive com a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, mas, ainda assim, nenhuma tentativa foi aceita pela mesma. O que ocorria era a concessão de bolsas para que certo número de filhos de colonos cursassem o Ensino Superior em Coimbra e, no Brasil, apenas os cursos superiores de Filosofia e Teologia, ofertados pelos estabelecimentos escolares jesuítas, eram permitidos (CUNHA, L. A. 2011, p. 152).

Autores como Fávero (2000) e Cunha (2011) entendem estas iniciativas como uma forma da Coroa Portuguesa, até o final do Primeiro Reinado, exercer influência sobre as elites brasileiras, uma vez que determinavam qual o nível de instrução que a população colonial teria acesso. Além disso, Fávero (2000) defende que o posicionamento contrário da Coroa sobre as tentativas de criação das IES no Brasil representava uma política de controle de qualquer iniciativa que abrisse espaço para a independência cultural e política da Colônia frente à Coroa. Havia, sim, cursos ofertados pelos jesuítas, como primeiras letras, ensino secundário e, em alguns casos, superior em Artes e Teologia. Todavia, o ensino superior tal como conhecemos hoje não descendeu das instituições jesuítas, mas sim, da multiplicação e diferenciação das instituições criadas no século XIX, quando o Brasil recebeu o *status* de Reino de Portugal e Algarve.

Para Cunha (2011, p. 155), as instituições criadas nas primeiras décadas do século XIX “eram unidades de ensino de extrema simplicidade, consistindo num professor que com seus próprios meios ensinava seus alunos em locais improvisados”. Conforme as instituições foram se desenvolvendo, ainda no decorrer do século XIX, é que as instituições foram adotando

uma estrutura mais aproximada das que conhecemos atualmente. De acordo com Fávero (2006, p. 21), as IES brasileiras se desenvolveram através da multiplicação de faculdades isoladas, mas, com o tempo, outras faculdades surgiram, isoladas ou agregadas às já existentes. A exemplo, Cunha (2011, p. 155) destaca faculdades ou escolas de Odontologia, Arquitetura, Economia etc. Cabe destacar, todavia, que a ampliação dos cursos ofertados era voltada à elite brasileira. Isto pode ser percebido na forma de admissão dos candidatos que, ainda de acordo com Cunha (2011), se dava a partir da aprovação nos chamados “exames de estudos preparatórios”, os hoje conhecidos como vestibulares.

O início da Era Vargas traz um marco importante para o desenvolvimento das Universidades como conhecemos hoje, pois foi onde determinou-se uma crescente e acentuada centralização política nos mais diversos setores da sociedade e, conseqüentemente, criou-se o Ministério da Educação e da Saúde Pública. A criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública deu início a um processo de implementação e reformas no ensino brasileiro – secundário, superior e comercial (FÁVERO, 2006). Estas reformas, de acordo com Fávero (2006, p. 23) estavam voltadas à adequação para a modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho. A exemplo disso, é possível citar o Decreto nº 19.851 (Estatuto das Universidades Brasileiras), promulgado em 1931, que estabelece padrões de organização para as instituições de ensino superior em todo país, universitárias e não-universitárias. Dentre as diversas disposições do Decreto, se destaca a obrigatoriedade de todo curso superior, seja de instituições públicas ou privadas, ser credenciado pelo Ministério da Educação para que os diplomas pudessem ser registrados nos órgãos estatais competentes e, assim, fosse garantida a eficácia de proporcionarem o exercício de profissões regulamentadas em lei (CUNHA, 2011, p. 167).

A promulgação da quarta Constituição Brasileira (1946) manteve a organização educacional do Estado Novo, no entanto, a Constituição de 1946 possuía dispositivos que visavam garantir os direitos individuais de expressão, de reunião e de pensamento, diferentemente da Constituição de 1934. No âmbito do Ensino Superior, de acordo com Fávero (2006), destacam-se importantes iniciativas neste período: em teoria, ao ser sancionado o Decreto-Lei nº 8.393/45, concedeu-se autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, dando autonomia à Universidade Brasileira (UB), única universidade vinculada e de responsabilidade do Estado. Mas, para Fávero (2006), o que ocorre é uma ilusão desta, o que leva, ao final dos anos 40 e início da década de 50, o começo de uma movimentação pela luta da autonomia universitária. Para a autora, este período é marcado pela multiplicação das

universidades, mas, também, pelo predomínio da formação profissional, não dando igual importância para a pesquisa e produção de conhecimento.

Neste cenário, o retorno de Getúlio Vargas à Presidência (1950-1954) dá início a uma tomada de medidas que Cunha (1971, p. 171) descreve como “medidas tomadas pelo Estado no sentido de produzir a equivalência dos cursos profissionais ao secundário, para efeito de progressão no sistema escolar”. Esta ampliação possibilitou, então, o aumento da demanda por cursos superiores, que foi respondida, principalmente, pelo governo federal.

Tal resposta assumiu três formas. Em primeiro lugar, a criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de ensino superior. Em segundo lugar, pela gratuidade de fato dos cursos superiores das instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Em terceiro lugar, a “federalização” de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades (CUNHA, 2011, p. 171).

Estas iniciativas representam um passo adiante para a formação das universidades tal como conhecemos hoje no país. Cunha (2011) destaca que muitos estabelecimentos de ensino superior, que até então eram custeados pelos governos estaduais, passam a ser custeados e controlados pelo governo federal, através do Ministério da Educação. Assim, o autor denomina os acontecimentos desta época como “processo de federalização” das IES, que possibilitou o aumento da oferta pública de ensino superior gratuito. Para Fávero (2006, p. 29), esta aceleração do desenvolvimento e expansão das universidades federais é atribuída à industrialização e ao crescimento econômico em que o país se encontrava na década de 1950. Além disso, nesta década surge, também, a tomada de consciência, por vários setores das universidades, sobre a precariedade em que estas se encontravam. A criação da Universidade de Brasília (UnB), através da Lei nº 3.998/61, tornou-se um divisor de águas na história das instituições universitárias, tanto no âmbito de suas finalidades como, também, sua organização institucional.

Tanto para Cunha (2011) quanto por Fávero (2006), a UnB foi criada com o intuito de transformar o que se entendia, até então, como Universidade Federal. Fávero (2006, p. 29) destaca, ainda, a participação do movimento estudantil neste processo, que se deu de forma densa no movimento da Reforma Universitária no Brasil. Criada na década de 1930, a União Nacional dos Estudantes (UNE) assume, em 1961, um importante papel no combate ao “caráter arcaico e elitista” (FÁVERO, 2006, p. 29) das instituições universitárias. Através de seminários e de propostas, a UNE discute questões como a autonomia universitária, participação docente e discente na administração universitária, adoção do regime de trabalho integral para docentes,

ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas e, também, flexibilidade na organização de currículos (FÁVERO, 2006, p. 29 apud FÁVERO, 1994, p. 150-151). E, sendo assim, Cunha (2011, p. 175) atribui, ao âmbito movimento estudantil, o projeto da reforma universitária, no sentido da democratização da universidade.

Às vésperas do golpe militar de 1964, a reforma universitária passou a integrar o grupo das “reformas de bases” onde, com grande influência do Manifesto de Córdoba (1918), surgem as cartas da Bahia (1961), do Paraná (1962) e Minas Gerais (1963), manifestos pela modernização do ensino superior de setores do próprio Estado e das entidades de pesquisadores (CUNHA, 2011, p. 175). Estas cartas dão início, ainda no início da década de 60, à elaboração de planos de reformulação estrutural das universidades. No entanto, esta luta pela autonomia universitária foi sustada pelo governo após o Golpe Militar de 1964. Para Cunha (2011, p. 178), o período Militar foi marcado por retrocessos no que tange à luta pela autonomia universitária, mas, também, por iniciativas que alavancaram outros setores da mesma. Fávero (2006, p. 30) destaca, por exemplo, o investimento em pesquisa. Já no início dos anos 80, com o esgotamento do regime autoritário, “a universidade brasileira foi, ao mesmo tempo, protagonista ativa e beneficiária do movimento pela redemocratização do país” (CUNHA, 2011, p. 179).

Conforme foi possível observar até o momento, o ensino superior, no Brasil, passou por um intenso processo de transformação de acordo com o governo vigente no país. Esta realidade se mantém até os dias atuais, todavia, Cunha (2011) destaca a reforma universitária da década de 90 como uma das mais influentes para a transformação das universidades tal qual as conhecemos hoje. Para o autor, graças à promulgação da Constituição de 1988 e, posteriormente, a promulgação da Lei nº 9.394/96, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), possibilitou-se certa autonomia às universidades, que até então encontravam-se bastante limitadas pelos governos brasileiros.

De acordo com o Art. 207 da Constituição Federal (1988), as universidades brasileiras, sejam elas públicas ou privadas, “obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, o que quer dizer que não há universidade sem estes três pilares no processo de formação dos estudantes do ensino superior. Para tanto, é a partir desta definição que a presente pesquisa se valerá ao se referir à Universidade, dando enfoque, principalmente, às ações de extensão universitária e entendendo a Universidade como um espaço de construção de saberes e de formação humana e profissional.

2.1 A extensão universitária brasileira

Como foi possível observar anteriormente, as universidades brasileiras surgiram tardiamente no território brasileiro. Este processo de construção das universidades tornou tardio, também, o início da reflexão e discussão sobre a democratização do conhecimento produzido na universidade.

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX (2012), as ações de Extensão Universitária, no Brasil, referem-se, também, ao início do século XX, quando foi criado, de fato, o Ensino Superior no Brasil. De acordo com o documento do FORPROEX, intitulado “Política Nacional de Extensão Universitária” (2012, p. 12), as primeiras manifestações das atividades extensionistas foram através de cursos e conferências organizados pela antiga Universidade de São Paulo, em 1911 e, também, pela prestação de serviços da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em 1920.

As prestações de serviço ofertadas pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em 1920, são compreendidas como ações de extensão das IES porque dão início a uma discussão, a partir da elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, a abertura e atenção da academia para as questões sociais. Deus e Henriques (2017, p. 79) destacam, assim, que apesar desta discussão estar em voga por toda a América Latina, o conceito do que deveria ser entendido como Extensão, no Brasil, se pauta na concepção norte-americana, onde as IES deveriam oferecer “cursos e assistência técnica para atender as áreas rurais, identificadas como lugares atrasados, mas fundamentais para o desenvolvimento do país” (DEUS, S.; HENRIQUES, R. L. M. 2017, p. 79). Esta prática, que se voltou diretamente para as zonas rurais, não apresentou preocupação no sentido de criar novas práticas ou institucionalizar a Extensão, de acordo com Sousa (1995, p. 144). O que se viu, foram atividades isoladas, voltadas para o meio rural, como foi dito anteriormente, e não preocupadas com os compromissos sociais das IES. No entanto, ainda de acordo com Sousa (1995, p. 144), a categoria discente, a esta época, já manifestava sua preocupação acerca da presença da Universidade de forma efetiva junto à Sociedade.

No entanto, de acordo Sousa (1995), a partir do Golpe Militar de 1964, inicia-se um período caracterizado pela atuação das IES sob comando e tutela do Estado. A criação do Conselho de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), em 1966, objetivava implementar reformas na Universidade em oposição à política educacional do país. Durante o regime militar, em especial entre as décadas de 1960 e 1970, a extensão universitária poderia ser entendida como um risco ao regime imposto, uma vez que, graças às movimentações estudantis, apresentava um caráter emancipador. Isto ocorreu porque a ideia de que as

universidades públicas deveriam intervir nas comunidades de maior vulnerabilidade social, se difundiu de forma expressiva. A Extensão, naquela época, era definida como “prática socio-comunitária” e passou a ser desenvolvida eventualmente nas universidades, sem fazer parte do currículo universitário e se mantendo distante das questões cotidianas (DEUS, S.; HENRIQUES, R. L. M. 2017, p. 79).

Ainda de acordo com Deus e Henriques (2017, p. 79), durante as décadas de 60 e 70, a Extensão Universitária era configurada como local onde se depositava “tudo o que não poderia ser considerado ensino ou pesquisa”. Assim, era percebida como um pilar de pouca influência nos modelos de formação vigentes, além de ser considerada, por quase toda a totalidade acadêmica, uma ação sem metodologia. O conhecimento oriundo da população em geral era considerado “inferior” aos saberes acadêmicos, científicos e técnicos, de acordo com a hierarquia existente na época. No entanto, ideias e práticas provenientes de Paulo Freire fundamentam uma série de ações extensionistas, não apenas no Brasil. Com sua teoria sobre educação popular¹, obteve impacto e visibilidade através de movimentos importantes sobre a democratização do conhecimento para a classe trabalhadora, com base na realidade onde o educando está inserido. Assim, para Deus e Henriques (2017), a ideia de educação popular, proposta por Paulo Freire, refletiu nas décadas seguintes com o processo de discussão sobre a Extensão, no Brasil, como uma prática que visasse estimular, reconhecer e valorizar a troca de conhecimentos. “As ações advindas das reflexões freirianas estimulam o caráter militante e formativo da extensão, buscando estabelecer laços de continuidade e reconhecimento dos saberes dos diversos atores sociais” (DEUS, S.; HENRIQUES, R. L. M. 2017, p. 80).

De acordo com Sousa (1995), embora não haja relação direta entre as teorias freirianas sobre educação popular e a criação do Conselho de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), esta última, ao propor a Reforma Universitária na década de 60, elenca a prestação de serviços como um dos pilares da formação universitária, uma vez que as Universidades brasileiras deveriam prestar serviços à sociedade, nos mais diversos setores (transmissão de saberes elaborados na universidade à comunidade, aplicação de pesquisas, cursos de aperfeiçoamento, treinamento profissional etc.). Em resumo, o objetivo das ações extensionistas seria o de integrar Universidade e comunidade, buscando “elevar a cultura popular e recuperar o prestígio social da Universidade junto à comunidade” (SOUSA, A. L.

¹ O termo “educação popular” empregado no presente trabalho é entendido através da percepção de Paulo Freire e Adriano Nogueira (1989, p. 19) enquanto “esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares” em busca da transformação da organização de dominação e exploração das classes burguesas contra as minorias. Nesta definição, há estreita relação entre escola e vida política, visto que a educação é entendida como um instrumento de transformação social.

1995, p. 150). Todavia, a proposta discutida pelo CRUB não provocou alterações sobre a prática extensionista das IES, que manteve o modelo proposto pelo Estado, onde o objetivo principal das ações extensionistas era o de assistência às comunidades rurais, conforme o modelo norte-americano já apresentado anteriormente.

No entanto, a partir da década de 1980 que, conforme já foi apontado anteriormente, foi um período de grande transformação das IES como um todo, graças à promulgação da Constituição de 1988 e, posteriormente, a LDB (1996), o cenário das ações de extensão se modifica. Este período, de acordo com Deus e Henriques (2017, p. 80) é marcado pela oposição da população civil ao regime militar. Foi, desta forma, um período em que a organização política dos movimentos sociais se fortaleceu em prol da defesa dos interesses da sociedade e as universidades passaram a ser questionadas sobre seu papel social. Por conta disso e, também, em virtude dos movimentos surgidos no período anterior, a comunidade acadêmica passou a questionar a estrutura conservadora existente nas IES. Sousa (1995, p. 158) aponta que este período também é marcado pela discussão contínua sobre o compromisso social da Universidade e a necessidade de se romper com os muros existentes entre esta e a sociedade.

A partir da movimentação entre docentes, estudantes e movimentos sociais, surge a discussão de que a relação entre Universidade e Sociedade deveria se estabelecer de forma orgânica, vinculada àquilo que a Universidade fazia até então (Ensino e Pesquisa). Assim, de acordo com Sousa (1995), cria-se o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, em 1987, como resultado de um encontro de Pró-Reitores de Extensão das IES brasileiras, possibilitando a discussão sistemática da Extensão e sua inserção nas IES. Destaca-se, assim, que a criação do Fórum representa uma bandeira de luta sobre a questão da indissociabilidade “Ensino/Pesquisa/Extensão” e a função social da Universidade, dentro de um projeto mais amplo de democratização das Universidades brasileiras. Deus e Henriques (2017, p. 81), desta forma, compreendem a Extensão, neste momento, como um comprometimento das IES na formação de profissionais conscientes e responsáveis pelos processos de transformação da sociedade”.

O I Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ocorrido em 1987, deu início ao processo de articulação com o Ministério da Educação para a construção das diretrizes de Extensão nas Universidades Brasileiras. A partir deste encontro, a extensão é conceituada como “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 1998, p. 05).

Com a promulgação da LDB, em 1996, a Extensão Universitária passou a ser um dos pilares da formação no ensino superior, onde o artigo nº 43, inciso VII, dispõe sobre “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996). Assim, a Extensão Universitária tomou a forma que possui atualmente, onde sua proposta é a troca de saberes entre universidade e comunidade, tornando possível que o saber acadêmico seja posto para reflexão teórica com base no aprendizado adquirido na sociedade onde a Extensão se insere.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade (FORPROEX, 1998, p. 05).

Desta forma, atribui-se à Extensão Universitária a formação de profissionais comprometidos com a transformação da sociedade (DEUS, S.; HENRIQUES, R. L. M. 2017, p. 81), visto que o Plano Nacional de Extensão Universitária (1998) compreende a necessidade de inserir os futuros profissionais em formação na sociedade, com a finalidade integrar sua formação técnica com os problemas cotidianos da formação que está sendo adquirida. Assim, o conceito de Extensão, atualmente, baseia-se no conceito de Universidade Cidadã, onde a Universidade deve buscar atender às necessidades do país e da comunidade em que está inserida, associada ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação. Trata-se, assim, de uma proposta de troca de saberes popular e acadêmico, de forma a construir e difundir o conhecimento do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

2.2 A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Criada, oficialmente, através da lei nº 11.640 de 11 de janeiro de 2008, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), inicia suas atividades com objetivos de “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária” (LEI Nº 11.640/2008, Art. 2º). Com a proposta *multicampi* consolidada em dez municípios da metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul (Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São

Gabriel e Uruguaiana), a UNIPAMPA busca, assim, “contribuir para a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina” (UNIPAMPA, 2014, p. 7).

A UNIPAMPA é uma universidade pública e federal, que visa garantir abertura aos mais amplos setores sociais, pautando suas ações de forma democrática em prol de uma sociedade justa e democrática. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2014-2018), a missão da instituição é:

A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional (RESOLUÇÃO Nº 71. 2014, p. 13).

Como podemos perceber, a resolução nº 71/2014, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA, a universidade defende a formação superior com base em três pilares: ensino, pesquisa e extensão. De acordo com a Resolução nº 29 (2011, p. 17), as atividades de extensão são descritas como a participação em projetos ou atividades extensionistas, desenvolvidas na UNIPAMPA ou em outra IES, instituição governamental ou organização da sociedade civil com finalidades voltadas ou para a educação, promoção da saúde, da qualidade de vida ou da cidadania, além do desenvolvimento social, cultural ou artístico; estágios ou práticas não obrigatórias em atividades extensionistas; organização e/ou participação em eventos de extensão; publicação de atividade ou material de caráter extensionista em fontes de referência acadêmica; e participação na condição de conferencista, painelistas, debatedor ou apresentador de trabalho em eventos que tratam de extensão (grupos de estudos, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas etc.).

Assim, seguindo as diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em consonância com a LDB, a estrutura *multicampi* da UNIPAMPA propõe formação superior com base nas relações indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o art. 6º, inciso IX, do Regimento Geral da instituição (2010). Visando promover a articulação entre Universidade e Sociedade, por meio do PDI (2014-2018), a UNIPAMPA adota princípios como a valorização da extensão como prática acadêmica e de comprometimento com a região onde se insere, visando, assim, a formação de profissionais conscientes de seu papel social e cientes da realidade onde se encontram.

Desta forma, podemos observar que o apoio às ações extensionistas estão presentes em diversas esferas da instituição, bem como da esfera governamental, o que possibilita que

inúmeras ações sejam desenvolvidas, de acordo com a verba destinada para tal fim, colaborando para o desenvolvimento científico e cultural das cidades e regiões onde a UNIPAMPA se encontra.

2.2.1 A UNIPAMPA campus São Borja-RS e o curso de Ciências Humanas - Licenciatura

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de São Borja, localizado na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, no último Censo (2010), contava com população de 61.671 habitantes, sendo o 34º município mais populoso do estado. O município conta com uma área de 3.616,690 km², tendo a densidade demográfica de 17,05 hab/km². Atualmente, o IBGE estima que a população seja de 60.557 pessoas. Esses dados coincidem ao que é apresentado no Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Humanas – Licenciatura – PPC-CH (2014, p. 14), que aponta um grande vazio populacional para uma área significativa, com a população concentrada majoritariamente na área urbana. Esta realidade decorre, de acordo com o PPC-CH (2014), de um processo histórico sucedido do processo de concentração de terras do século XIX, aliado a um modelo econômico baseado na pecuária extensiva, seguida da produção extensiva de arroz. Este processo, apesar de mudar a matriz produtiva com o passar dos anos, manteve a grande propriedade como dominante na produção.

Outros indicadores que devem ser apontados, neste momento, são os indicadores sociais, onde o município, de acordo com o Censo 2010, possui taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 97,5% da população. Todavia, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), é de 6,51%, ou seja, cerca de 4.014 pessoas não sabiam ler no município de São Borja-RS, no ano de 2010. Para além disso, o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010) aponta, ainda, que 2,72% da população são-borjense, cerca de 1.665 pessoas, é extremamente pobre, enquanto que 8,98% da população do município (aproximadamente 5.538 pessoas) é considerada pobre. Assim, é possível perceber que, apesar das diversas políticas de fomento à educação desenvolvidas nos últimos anos, ainda é notável a dificuldade de acesso à educação pelas camadas mais pobres da sociedade, o que reflete diretamente na realidade social em que a população se insere a partir de sua escolaridade e renda.

O campus São Borja da UNIPAMPA possui, atualmente, cursos voltados para a área de Comunicação e Ciências Sociais, contando, atualmente, com oito cursos de graduação (Ciências Humanas – Licenciatura, Ciências Sociais – Ciência Política, Direito, Geografia –

UAB, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social), dois cursos de pós-graduação a nível de especialização/lato sensu (Especialização em Comunicação Não-violenta e Cultura de Paz e Especialização em Políticas de Atenção à Criança e Adolescente em Situação de Violência), e dois cursos de especialização a nível de Mestrado Profissional (Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa e Mestrado em Políticas Públicas).

A criação da Universidade Federal do Pampa, pelo Governo Federal, parte de uma iniciativa para minimizar o processo de estagnação econômica onde está inserida, pois a educação viabiliza o desenvolvimento regional, visando a integração da região oeste ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

O campus São Borja da UNIPAMPA tem um papel fundamental no aperfeiçoamento de profissionais do ensino superior, visando a formação de mão-de-obra qualificada. O curso de Ciências Humanas – Licenciatura promove um impacto significativo na região, pois é o primeiro curso deste tipo no âmbito estadual, beneficiando não só a cidade, mas também toda a metade sul do Rio Grande do Sul. O curso de Ciências Humanas – Licenciatura também deve contribuir para a formação qualificada dos discentes, por meio de estudos, pesquisas e implementações práticas dos conhecimentos (UNIPAMPA, 2014, p. 19-20).

Como é possível observar, para além da formação da mão-de-obra qualificada, o curso de Ciências Humanas – Licenciatura busca cobrir uma demanda apontada pela 35ª Coordenadoria Regional da Educação² (PPC-CH, 2014, p. 25), onde de todos os professores atuantes nas escolas estaduais do município, apenas 10,2% são habilitados para atuar enquanto professores de Geografia e 19,4% habilitados para atuar enquanto professores de História. As demais áreas como Sociologia e Filosofia não são apresentadas.

Assim, o curso de Ciências Humanas – Licenciatura foi criado no ano de 2012, ofertando, anualmente, 50 vagas com ingresso único no primeiro semestre de cada ano. Tendo por modalidade a Licenciatura, o curso forma profissionais da educação capacitados para atuação docente nas séries finais do Ensino Fundamental (Geografia e História) e no Ensino Médio (Filosofia, Geografia, História e Sociologia).

Os acadêmicos do curso de Ciências Humanas – Licenciatura, de acordo com o PPC-CH (2014) contam com quatro estágios obrigatórios na educação básica, onde a partir dele discentes se inserem na realidade escolar e têm suas primeiras experiências docentes. Além disso, de acordo com o site do curso de Ciências Humanas (2019), o curso possui oito projetos voltados para a área de Extensão, onde, dentre estes, encontra-se o projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM, objeto de estudo do presente trabalho.

² Coordenadoria responsável pela educação pública no município de São Borja.

3 O PROJETO LEME: OFICINAS PREPARATÓRIAS PARA O ENEM

De acordo com o Dicionário Michaelis (2019), o substantivo masculino “Leme”¹, em todas as suas definições, se refere a um dispositivo que indica a direção a qual se deve seguir. Este verbete inspirou nome do projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM, que tem como pressuposto apontar direções para as quais os estudantes que participam podem seguir. Não cabe ao projeto determinar os rumos das vidas de seus estudantes, mas, sim, indicar direções, sugerir caminhos que podem ser traçados através da educação.

De acordo com seu registro no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão – SIPPEE (2017), o projeto integra docentes, discentes e técnicos-administrativos do campus São Borja da UNIPAMPA, tendo como público-alvo até cem estudantes da educação básica do município.

O presente projeto visa à preparação da comunidade são-borjense, concedendo enfoque aos estudantes de baixa renda que estejam cursando o terceiro ano do ensino médio em escola pública, para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), aumentando, assim, as possibilidades de ingresso deste grupo de cidadãos no ensino superior. Visa também ser um laboratório de ensino-aprendizagem para os acadêmicos do campus, através do desenvolvimento das suas habilidades para lecionar, do aprimoramento dos seus conhecimentos e da aquisição de horas de ACG. O projeto tem como um dos seus pilares a ministração de oficinas por parte dos discentes da UNIPAMPA (SIPPEE, 2017).

O projeto surgiu, sendo assim, a partir de uma demanda dos acadêmicos do curso de Ciências Humanas – Licenciatura por um espaço para a prática da docência para além dos estágios obrigatórios ofertados pelo curso. No ano de 2015, iniciou-se o processo de criação e estruturação do projeto, visando possibilitar que estudantes do curso de Ciências Humanas – Licenciatura possuíssem um espaço para aliar a teoria adquirida em sua formação acadêmica e a prática no ambiente da sala de aula, complementando, assim, suas formações e, em contrapartida, estudantes de baixa renda da rede pública de ensino obtivessem acesso à preparação gratuita para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme consta no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão.

¹ Leme: le.me *sm* 1. [náut.] Peça plana de madeira ou metal, mergulhada na água e conectada à popa de uma embarcação, por meio de um eixo ou haste móvel, que serve para lhe dar direção; 2 [aeron.] Dispositivo instalado na cauda de uma aeronave, que tem por finalidade regular a direção do aparelho; 3. Ferro de dobradiça que se coloca no vão da fêmea e sobre o qual se move a porta ou a janela (MICHAELIS, 2019).

Figura 1 – Marca do projeto



Fonte: Arquivos do projeto

Além de aliar a possibilidade de atuação em sala de aula por parte dos estudantes do curso de Ciências Humanas – Licenciatura e a preparação de estudantes da rede pública de ensino para a prova do ENEM, o projeto insere este público dentro da Universidade, visto que as oficinas são ministradas nas dependências da Universidade Federal do Pampa². Desta forma, conforme será possível observar com maior precisão futuramente, a partir do contato de estudantes dos cursos de graduação da UNIPAMPA e, também, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFFar)³ com estudantes da rede pública de ensino e trabalhadores, a construção e democratização de saberes a partir da troca entre estes dois grupos, inserindo futuros professores na realidade cotidiana de suas futuras profissões, além de prestar serviço à comunidade são-borjense.

3.1 O público-alvo

No final século XX, no Brasil, os vestibulares eram o único meio de ingresso no ensino superior. Para Gomes (2017, p. 50), além de representar um “funil excludente” das classes menos favorecidas, movimentava a economia que permeia os cursinhos pré-vestibulares

² Campus I – Rua Ver. Alberto Benevenuto, nº 3200. Bairro do Passo, São Borja-RS.

³ Parceria firmada de forma efetiva no ano de 2017.

(ou pré-universitários). Tais cursinhos, além de se voltarem para o “treinamento” dos estudantes, representavam a memorização em detrimento do aprendizado e, além disso, a elitização das instituições de ensino superior no Brasil, pois só ingressavam no ensino superior aqueles estudantes que atingissem as maiores notas. Estas, muitas vezes, que são consequência da condição financeira dos estudantes.

Pierre Bourdieu (1998, p. 41) atribui à herança familiar (seja de renda ou cultural) o papel determinante quanto ao acesso ao ensino superior pelas classes mais favorecidas frente às classes mais desfavorecidas.

Justamente porque os mecanismos de eliminação agem durante todo o *cursus*, é legítimo aprender o efeito desses mecanismos nos graus mais elevados da carreira escolar. Ora, vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que o filho de um operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores às daquelas de um jovem de classe média (BOURDIEU, P., 1998, p. 41 apud BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. 1964, p. 14-21).

Nogueira e Nogueira (2009, p. 51) destacam que a Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu discute a reprodução do capital cultural socialmente herdado. O indivíduo não pode ser compreendido como um ser de caráter autônomo e individual, mas, sim, herdeiro de certos componentes objetivos, externos a ele, que podem ser postos a serviço do sucesso escolar. Assim, Bourdieu (1998, p. 42) destaca sobre como o capital econômico e, principalmente, o capital cultural⁴, transmitidos pela família ao estudante, possuem influência sobre seu desempenho escolar. A exemplo, dois estudantes, em uma mesma sala, com os mesmos professores, podem apresentar rendimentos diferentes no decorrer do processo de ensino-aprendizado. Isto porque, para Bourdieu (1998), os títulos dos pais influenciam diretamente o desenvolvimento de seus filhos em sala de aula. Ou seja, a questão renda, que influencia diretamente no acesso à educação, consecutivamente, influenciará, também, no processo de formação dos estudantes cujos pais não possuem alto grau de formação.

Esta influência se fará presente durante todo o processo de formação educacional do indivíduo, uma vez que, para Nogueira e Nogueira (2009, p. 60-61), as classes populares,

⁴ Bourdieu define como “Capital Cultural” como elementos constitutivos, tais como os títulos escolares da família, a “cultura geral” (designa, de forma geral, saberes difusos e adquiridos de modo variado e informal), o domínio maior ou menor da língua culta, o gosto e o “bom gosto” (em matéria de arte, lazer, esportes etc.), as informações sobre o mundo escolar etc. Em resumo, o capital cultural pode ser definido como um elemento da herança familiar que teria maior impacto na definição do destino escolar do estudante (NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. 2009, p. 51-52).

diferentemente das classes médias, são marcadas pelas pressões materiais e urgências temporais. Isto significa, portanto, que estudantes oriundos das classes populares não dispõem de tempo e recursos para investir em uma formação com retorno a longo prazo, mas sim, com retornos mais imediatos.

Em razão do processo – já discutido – de internalização das chances objetivas, essas classes desenvolvem um senso prático relativo ao que lhes é possível alcançar, bem como ao que lhes é inacessível, o que protege contra ambições desmensuradas ou projetos inatingíveis. Tendem, assim, a encarar a ascensão social menos como acesso a altas posições sociais e mais como possibilidade de evitar postos instáveis e degradantes, que não garantem uma vida com dignidade (NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. 2009, p. 60).

Assim, vamos de encontro à questão de que, muitas vezes, estudantes oriundos das classes populares têm de dividir sua rotina entre os estudos e o trabalho, visando complementar a renda familiar. Desta forma, o investimento na educação pode ser visto como incerto e, mesmo que exista, as limitações financeiras e de capital cultural dos estudantes pode leva-los a se auto eliminarem, objetiva e subjetivamente, da competição escolar, uma vez que suas prioridades, de imediato, voltam-se ao retorno garantido pelo trabalho, seja ele formal ou informal, independentemente do nível de escolaridade exigido (BOURDIEU, 2012; NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2009)

É partindo dessa premissa que se deve voltar o olhar sobre o que se denomina, comumente, como “elitização” das instituições de ensino superior no Brasil (GOMES, 2017, p. 50). Se considerarmos que os processos seletivos para ingresso nas IES, sejam elas públicas ou privadas, exigem competências que muitas vezes estão ligadas às heranças culturais dos estudantes, conforme aponta Bourdieu (2012), podemos observar que ainda há muito a se mudar acerca das políticas de democratização do acesso ao Ensino Superior promovidas pelo Estado.

Até o ano de 2010, o único meio de ingresso ao Ensino Superior era através dos chamados “vestibulares”. Atualmente, para ingressar em uma IES pública, os estudantes devem realizar a prova do ENEM e, com a nota obtida, inscreverem-se no Sistema de Seleção Unificada (SISU), que foi implantado no ano de 2010 em todo o país. Além desta iniciativa, em agosto de 2012, foi promulgada a lei nº 12.711, que dispõe sobre a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas instituições de ensino público a alunos oriundos integralmente de escolas públicas. Este percentual é dividido da seguinte forma:

[...] metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos,

também será levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019).

Conforme é possível observar, a implantação do ingresso ao ensino superior público através do SISU, assim como a Lei de Cotas (lei nº 12.711/2012) são iniciativas de ampliar o acesso ao ensino superior às classes populares, visando a desconstrução do padrão elitizado das IES, oriundo da seleção meritocrática e excludente até então vigente. No entanto, ainda é perceptível a seleção excludente de acesso ao ensino superior, no Brasil.

Por esta razão, o projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM, objetiva atender a estudantes de baixa renda do município de São Borja, com o intuito de alicerça-los de forma concreta para a realização da prova do Exame Nacional do Ensino Médio e, assim, viabilizar o acesso ao ensino superior pelas camadas mais populares da região. Isto é, o projeto objetiva preparar estudantes de baixa renda para a prova do ENEM, proporcionando preparação gratuita para aqueles que não possuem condições de custear um preparatório para o ENEM privado.

Esta iniciativa, que compreende a realidade escolar de muitos jovens e adultos que frequentam o projeto, realiza ações que promovem o conhecimento, por parte dos estudantes, da possibilidade de acessar ao ensino superior e trabalhar, através dos cursos noturnos ou no turno inverso à atividade que proporciona retorno econômico exercida pelo estudante. Através das oficinas realizadas, assim como diversas atividades a seguir apresentadas, é possível perceber que o projeto LEME se volta não apenas à preparação para o ENEM, mas, também, para a realidade a qual inserido e o horizonte de possibilidades que o acesso ao Ensino Superior poderá oferecer àqueles que o cursam.

3.2 Ações desenvolvidas

Por se tratar de uma ação extensionista da UNIPAMPA, o projeto busca estabelecer relação com a comunidade em está inserida. Como foi possível observar anteriormente, a UNIPAMPA, campus São Borja-RS, se insere nesta cidade com o intuito de suprir um déficit de acesso ao ensino superior por parte da população, além de movimentar a economia local e regional. Também, enquanto ação de extensão, o projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM, busca romper com os muros existentes entre universidade e comunidade, estabelecendo uma relação dialógica de construção conjunta de saberes e desenvolvimento de ações que

promovam o desenvolvimento da comunidade onde a universidade está inserida. De acordo com o parecer da Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT dado ao projeto no SIPPEE (2017), o projeto LEME “atende plenamente o que está disposto na Resolução n. 104 do CONSUNI, onde a comunidade acadêmica: professores, discentes e técnicos em um processo que envolve a pesquisa, o ensino e a extensão, integram-se com a comunidade externa”.

Como foi possível observar no capítulo anterior, as teorias freirianas foram de grande valia para o início das movimentações acerca do papel da Universidade e das ações de Extensão. A ideia de troca de saberes, entre comunidade e universidade potencializa o processo de formação humanizada de profissionais capacitados, em especial estudantes de Licenciatura.

[...] É através deste [diálogo] que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando do educador, mas educador-educando com educando-educador. Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem (FREIRE, P. 1989, p. 39).

Ao considerarmos que o projeto LEME busca propor um espaço para a prática da docência para estudantes de licenciatura através de oficinas preparatórias para estudantes de baixa renda, não podemos deixar de considerar que esta troca de saberes (estudantes de licenciatura aprendendo a dar aulas com auxílio dos estudantes e estudantes tendo acesso à preparação para o ENEM) entre futuros educadores e educandos forma uma ampla rede de aprendizado através da troca e construção conjunta.

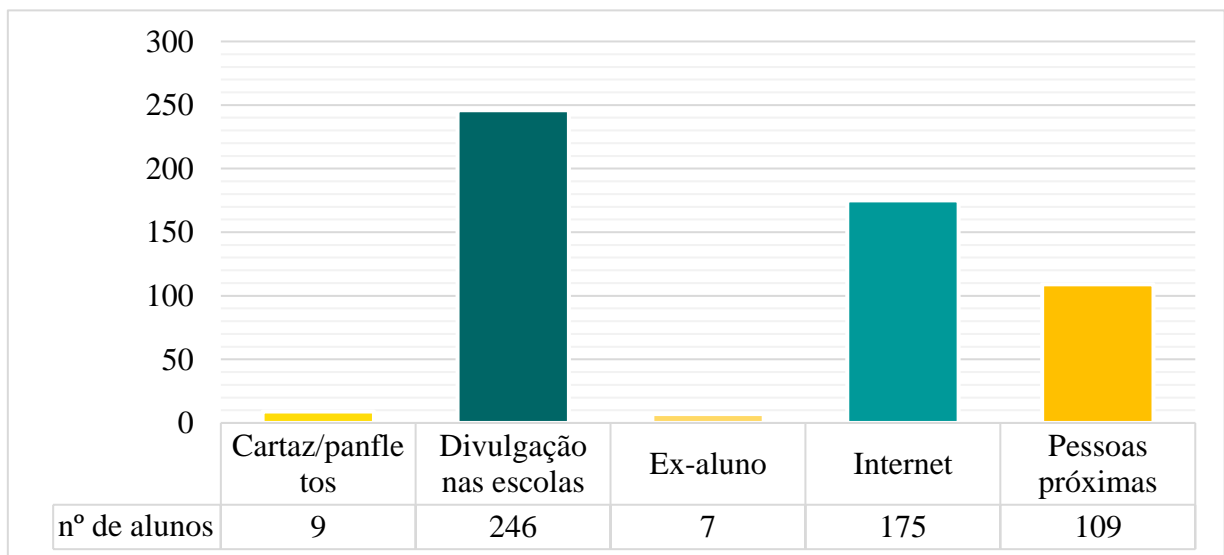
Para que esta ação seja efetivada e para que seja garantido o ingresso de alunos de baixa renda no projeto, o projeto LEME, desde sua primeira edição, realiza-se um processo de seleção com critérios previamente adotados através da divulgação de editais para processo seletivo de novos alunos, conforme o art. 23 do Estatuto (2015) do projeto LEME. Por meio de tais editais, os candidatos possuem acesso a todas as disposições do processo seletivo, que é dividido em três partes: produção de um texto dissertativo-argumentativo sobre os motivos que levam o candidato a querer fazer parte do projeto; entrevista com a Equipe Executora, para que seja possível que membros da equipe conheçam os candidatos de forma mais pessoal; e análise da renda *per capita* do candidato⁵. Também de acordo com o Estatuto (2015, Art. 22) do projeto, poderão participar do projeto estudantes que estejam cursando o Ensino Médio e aqueles que

⁵ De acordo com os editais dos processos seletivos do projeto (2015, 2016, 2017 e 2018), a análise da renda *per capita* dos candidatos se dá através de uma tabela elaborada em parceria com o assistente social do Núcleo de Desenvolvimento Estudantil (NuDE) da UNIPAMPA, campus São Borja-RS. Através desta tabela, quanto menor a renda *per capita* do candidato, maior sua pontuação, sendo pontuação máxima de até 6,0 pontos.

já o concluíram, sendo vedada a participação de estudantes que possuem vaga em IES (exceto quando há vagas excedentes ao número de alunos inscritos) e estudantes que já possuem ensino superior completo.

Para que estes processos seletivos cheguem ao conhecimento da população são-borjense, a equipe LEME desenvolve diversas ações de divulgação do projeto na comunidade. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se as idas às rádios, divulgação nas redes sociais do projeto (Facebook, Instagram e Twitter) e, principalmente, ida às escolas. Por meio da ida às escolas, o projeto se insere na comunidade e insere seus membros na realidade escolar, onde será a área de atuação de muitos após a conclusão da graduação. Além disso, a divulgação nas escolas é vista, pela equipe, como o meio mais prático e acessível de divulgação, uma vez que falar diretamente com os estudantes, de sala em sala, possibilita a retirada de dúvidas e troca de informações de forma imediata. Assim, a divulgação nas escolas se torna o principal meio pelo qual os estudantes tomam conhecimento do processo seletivo. Esta informação pode ser observada no gráfico abaixo onde, ao realizar a inscrição online, os estudantes informaram como souberam do processo seletivo do projeto (edições 2016, 2017 e 2018⁶):

Figura 2 – Forma pela qual os estudantes souberam do processo seletivo (2016-2018)



Fonte: Levantamento da autora.

Partindo do pressuposto que o processo seletivo realizado prioriza o ingresso de estudantes de baixa renda no projeto, também se faz necessária a reflexão sobre como o projeto

⁶ Como o processo de inscrições para a edição de 2015 se deu de forma presencial, na Universidade, não há um levantamento de dados sobre como os estudantes inscritos tiveram acesso às informações do processo seletivo de novos alunos.

aproxima seu público-alvo da Universidade de forma efetiva, rompendo os muros existentes entre Universidade e comunidade, conforme as disposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e documentos da UNIPAMPA que já foram abordadas no presente trabalho. É pensando nisso que o projeto LEME, de oficinas preparatórias, desenvolve suas atividades nas dependências da UNIPAMPA.

Ao inserir a comunidade são-borjense, especialmente estudantes de baixa renda, oriundos das escolas públicas do município de São Borja-RS que prestarão o ENEM, nas dependências da UNIPAMPA, colocando-os em contato direto com estudantes dos mais diversos cursos, é possível que estes conheçam a estrutura da instituição, seu funcionamento e suas formas de ingresso, possibilitando que estes estudantes considerem a possibilidade de cursar uma das graduações ofertadas pelo campus.

Figura 3 – Recepção dos estudantes aprovados para a edição 2018 do projeto.



Fonte: Assessoria de Comunicação Integrada do projeto.

De acordo com pesquisas anteriores (2017), muitos estudantes, em entrevistas, apontam sobre a importância de se inserir dentro da Universidade desde o período de preparação para o ENEM. Esta aproximação, conforme será discutido futuramente, possibilita que estes já se familiarizem com o ambiente universitário, a estrutura ofertada pelo campus São Borja da UNIPAMPA, formas de ingresso, possibilidades de bolsas etc.

Outra questão que deve ser ressaltada é que, além de realizar suas oficinas no campus da UNIPAMPA, as atividades do projeto, nas edições estudadas pelo presente trabalho,

se desenvolveram somente aos sábados, nos turnos da manhã e da tarde. Esta iniciativa visa ampliar, assim, o acesso da classe trabalhadora do município, bem como aqueles que estudam em turno integral ou trabalham em turno inverso às suas aulas. Assim, é possível que o público atendido pelo projeto concilie o sonho de acesso ao ensino superior com as demandas escolares e econômicas, de acordo com suas realidades singulares e, em contraponto, o projeto democratize o acesso à educação daqueles que, como Bourdieu (2012) descreve, são “excluídos” da competição escolar dadas as necessidades econômicas que os força a optar pelo emprego aos estudos, visto que este último só apresentará resultados a longo prazo. Prazo este que, muitas vezes, não pode ser aguardado por aqueles que têm a necessidade de comer e quitar dívidas hoje.

Para além da inserção destes alunos no ambiente da Universidade, o projeto ainda desenvolve ações em parceria com outros projetos de extensão vinculados à UNIPAMPA. Cabe destacar, desta forma, as ações desenvolvidas juntamente com o projeto de Extensão *Conhecendo a UNIPAMPA*. Através desta parceria, membros do projeto apresentam os cursos ofertados pelo campus São Borja-RS da Universidade, formas de ingresso, oportunidades de bolsa e intercâmbio, além da visita guiada aos estúdios do campus (Fotografia, Radiojornalismo, TV, edição) e salas das Empresas Júnior dos cursos. Assim, é possível que os estudantes do projeto LEME conheçam, de forma plena, tudo o que compõe a UNIPAMPA e as possibilidades que ingressar nesta instituição pode oferecer.

Figura 4 – Oficina “Conhecendo a UNIPAMPA”, ministrada pelo Assistente Social da UNIPAMPA e coordenador do projeto (edição 2017).



Fonte: Assessoria de Comunicação Integrada do Projeto.

As oficinas ofertadas pelo projeto são planejadas e executadas pelos voluntários do projeto, sob a supervisão de um professor da área. Estas, que são organizadas por temas, de acordo com suas presenças nas provas anteriores do ENEM, são planejadas de forma que o saber seja debatido e refletido tanto pelosicineiros quanto pelos estudantes. Como forma de medir se as oficinas estão agregando à formação dos estudantes e, também, para que os estudantes meçam seu nível de aprendizado, o projeto realiza dois simulados anuais (um no primeiro semestre do ano e outro no segundo semestre do ano).

Um dos grandes diferenciais do projeto LEME são as apostilas preparadas pelos voluntários do projeto, com conteúdo voltado diretamente para a prova do ENEM que também passam por revisão de professores graduados na área. Além disso, os voluntários do projeto LEME realizam oficinas de formação em metodologias de ensino no decorrer da realização do projeto. Este espaço também possibilita que sejam discutidas, além das metodologias de ensino, o andamento do projeto, o cenário educacional e estratégias de desenvolvimento do projeto. Desta forma, é possível perceber que, além de seu papel social, o projeto também agrega à formação dos voluntários do projeto, uma vez que as oficinas de formação são pensadas e executadas por professores da UNIPAMPA.

Figura 5 – Oficina de formação deicineiros realizada no ano de 2017.



Fonte: Arquivo da autora.

Outra grande ação desenvolvida pelo projeto é o já tradicional Aulão Aberto, onde o projeto realiza, ao final de cada edição, um aulão aberto a toda a comunidade são-borjense, com tema interdisciplinar na área das Ciências Humanas. Estes aulões ocorrem em escolas

públicas do município e visam propiciar um suporte extra aos alunos do projeto e, também, àqueles que não o frequentaram ao decorrer do ano. A partir de tais eventos, é possível que o projeto se insira na comunidade, de forma a atingir um público ainda maior que o atingido através das oficinas de preparação para o ENEM realizadas no decorrer de cada edição.

Inserir a comunidade no ambiente da Universidade sempre foi um dos propósitos do projeto LEME, como foi possível observar nas páginas anteriores. Todavia, o aulão aberto realizado anualmente pelo projeto LEME também faz com que o projeto se insira nas escolas públicas do município para além das divulgações dos processos seletivos. Desta forma, se estabelece relações de cooperação entre escolas, universidade e estudantes de licenciatura, tornando possível a relação dialógica e cooperativa entre as instituições e estudantes envolvidos.

Figura 6 – 3º Aulão aberto Interdisciplinar do projeto. Tema “Diversidade Cultural” (Colégio Estadual Getúlio Vargas, 2018).



Fonte: Assessoria de Comunicação Integrada do projeto.

A partir das ações realizadas, é possível observar que o projeto busca integrar comunidade acadêmica e comunidade são-borjense das mais diversas formas no decorrer de cada edição. Assim, torna-se eficaz a aproximação do público-alvo do projeto à UNIPAMPA e aos estudantes que a frequentam, com o intuito de tornar de conhecimento do maior número de pessoas a estrutura ofertada pela Universidade, seus cursos e possibilidades de acesso, além de preparar, gratuitamente, estudantes para a prova do ENEM.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De forma a facilitar o desenvolvimento da presente pesquisa, o percurso metodológico desta é dividido em duas etapas: pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas. A partir de tais metodologias, o capítulo destinado à análise dos resultados buscará relacionar os dados obtidos através das metodologias empregadas e, assim, refletir sobre o problema ao qual o presente trabalho se propõe a refletir.

4.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental, no presente trabalho, se faz necessária para o levantamento de dados pertinentes como “plano de fundo” da pesquisa, isto é, para contextualizar o cenário onde o presente trabalho se desenvolve. Para Lakatos e Marconi (2003, p.174), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias”.

Antônio Carlos Gil (2008) caracteriza a pesquisa documental como uma alternativa para a pesquisa social capaz de agilizar o levantamento de dados.

Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos (GIL, A.C., p. 147, 2008).

Além disso, o autor enfatiza que na pesquisa científica, não apenas documentos escritos são considerados documentos, mas sim, “qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (GIL, p. 147, 2008), onde um grande exemplo que pode ser citado são os documentos elaborados por agências governamentais. Os registros estatísticos, por exemplo, apresentam características referentes aos membros da sociedade. Estes dados, que de acordo com o autor, são levantados e armazenados para servir de interesse às organizações governamentais, sobretudo na Administração Pública, são muito úteis na pesquisa social.

A pesquisa documental realizada, desta forma, visa reunir as principais informações sobre o perfil socioeconômico da população e o nível de escolaridade da população adulta dos habitantes do município de São Borja-RS, de forma a compreender o cenário educacional do município e qual o papel do projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM frente a este

aspecto. Além disso, busca-se compreender o(s) perfil(is) dos estudantes que frequentaram o projeto nas quatro edições analisadas, de forma a contrastar as duas informações levantadas. Para isso, sites como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil foram as principais fontes de informações da pesquisa documental referentes às informações do município de São Borja-RS apresentadas no presente trabalho. Já as informações acerca do perfil dos estudantes do projeto LEME e índice de aprovações, são dados oriundos da documentação encontrada nos arquivos do projeto.

Cabe destacar, todavia, que só foi possível realizar o levantamento do índice de aprovação dos estudantes que frequentaram o projeto nas edições 2017 e 2018, com ingresso no Ensino Superior nos anos de 2018 e primeiro semestre de 2019. Isto se deu porque, apesar de se saber que muitos estudantes das edições anteriores ingressaram no Ensino Superior, mudanças nas formas de divulgação dos resultados dos aprovados, em especial nos aprovados dos cursos ofertados pela UNIPAMPA, removeram resultados anteriores ao ano de 2018 da internet. Não havendo como comprovar estas aprovações, nem demonstrar certeza sobre os dados, optou-se por realizar levantamento das aprovações apenas dos resultados já mencionados, visando a manter a confiabilidade da pesquisa realizada.

4.2 Entrevistas semi-estruturadas

O uso de entrevistas para uma pesquisa na área das Ciências Humanas pode ser considerado imprescindível para uma melhor obtenção de dados sobre os mais diversos aspectos do objeto estudado. Gil (2008, p. 109) define entrevista como “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” sendo, portanto, um diálogo em que uma parte busca coletar informações e a outra se apresenta como fonte de informações.

No presente trabalho, adotou-se, além da pesquisa bibliográfica, o uso de entrevistas semi-estruturadas (também conhecidas como “entrevistas focalizadas”), onde Gil (2008, p. 112) as define como método de entrevistas onde o entrevistado é autorizado a falar livremente sobre o tema, a partir de questões pré-determinadas. Todavia, para o autor, o entrevistador deve atentar-se para que a entrevista não fuja ao foco principal da pesquisa.

Para a presente pesquisa, o uso de entrevistas semi-estruturadas seguiu as seguintes medidas:

a) planejamento de entrevista: deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; b) conhecimento prévio do entrevistado: objetiva conhecer o grau de familiaridade dele com o assunto; c) oportunidade da entrevista: marcar com antecedência a hora e o local, para assegurar-se de que será recebido; d) condições favoráveis: garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade; e) contato com líderes: espera-se obter maior entrosamento com o entrevistado e maior variabilidade de informações; f) conhecimento prévio do campo: evita desencontros e perda de tempo; g) preparação específica: organizar roteiro ou formulário com as questões importantes (MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. 2003, p. 199).

O planejamento das entrevistas se deu com objetivo de compreender qual a visão dos ex-alunos do projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM sobre este, de forma que se pudesse coletar informações sobre como eram as oficinas nas edições passadas, quais as críticas e sugestões existentes etc. Desta forma, é possível afirmar que, dois oito ex-alunos entrevistados, todos os entrevistados foram alunos do projeto em uma ou mais edições (2015, 2016, 2017 e 2018).

Quanto à realização das entrevistas, todas foram marcadas com, no mínimo, três dias de antecedência, a fim de que tanto entrevistador quanto entrevistado tivessem tempo hábil para se organizarem em questão de horários e datas, sendo a maioria realizadas nas dependências da UNIPAMPA, além da casa dos entrevistados. Estas, foram estruturadas em três perguntas amplas, que possibilitariam aos entrevistados discorrer sobre o tema e o que mais julgassem pertinente.

Assim, garantiu-se, a todos os entrevistados, anonimato referente às informações prestadas e estes assinaram termo de consentimento das informações prestadas (modelo em anexo). As entrevistas tiveram duração média de vinte a trinta minutos e, a partir destas, e relacionando com as respostas obtidas via formulário, foi possível compreender quais as visões que ex-alunos do projeto possuem sobre este e como ele contribui enquanto ação extensionista para a comunidade são-borjense. As perguntas realizadas podem ser conferidas nos apêndices (apêndice A) do presente trabalho.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O capítulo de análise dos resultados volta-se para o que foi observado a partir dos procedimentos metodológicos utilizados. Assim, é possível perceber qual a realidade em que a UNIPAMPA está inserida, a partir da observação do nível de escolaridade da comunidade são-borjense, em comparação ao perfil dos estudantes do projeto. Posteriormente, apresenta-se a análise dos impactos deste, de forma a estabelecer relações com os dados levantados e as entrevistas semiestruturadas concedidas por estudantes que fizeram parte de uma das quatro edições do projeto (2015, 2016, 2017 e 2018).

5.1 O nível de escolaridade da população são-borjense

Com o objetivo de traçar um perfil educacional do município, iniciaremos, neste capítulo, uma apresentação e análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com o objetivo de observar, assim, o perfil do município onde a Universidade Federal do Pampa, campus São Borja-RS, está inserida e qual seu papel na contribuição da formação a nível superior dos habitantes do município de São Borja-RS.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, o IDHM de um município é calculado a partir de informações dos últimos Censos (1991, 2000 e 2010) realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e conforme a malha municipal existente em 2010.

O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2019).

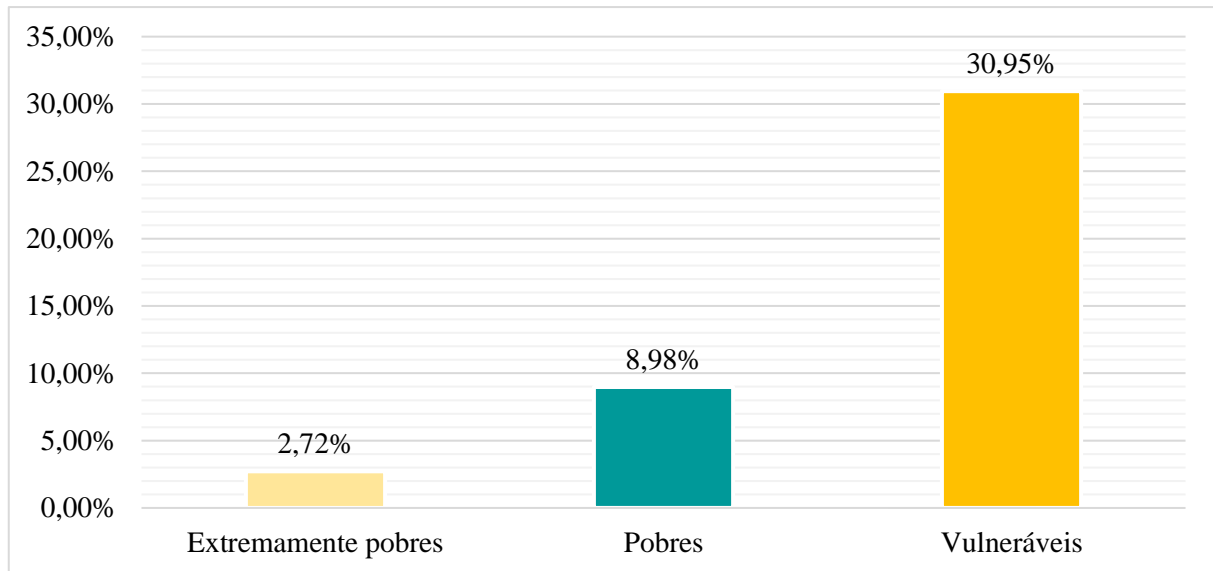
Assim, é possível perceber que o IDHM brasileiro reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável (saúde), de ter acesso ao conhecimento (educação) e de poder desfrutar de um padrão de vida digno (renda). Desta forma, o IDHM brasileiro, além de apontar os índices a que se propõe, conta um pouco da história dos municípios, estados e regiões a partir das três dimensões do desenvolvimento humano. Para além disso, o Atlas do Desenvolvimento Humano aponta mais de 200 indicadores socioeconômicos, que possibilitam uma análise qualificada e

ampla do desenvolvimento humano nos municípios e regiões metropolitanas do país. O IDHM que será apresentado no presente trabalho é um número que varia entre 0 e 1. Sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH). De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, as faixas de desenvolvimento humano, no IDH Global, são fixas, sendo que o IDH menor que 0,550 é considerado Baixo Desenvolvimento Humano; IDH entre 0,550 e 0,699 é Médio; entre 0,700 e 0,799 é alto e, acima de 0,800, Muito Alto Desenvolvimento Humano.

O município de São Borja, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, em 2010, possuía IDHM de 0,736 (alto), onde a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,860 (Muito Alto), seguida de Renda, com índice de 0,720 (Alto) e Educação, com índice de 0,643 (Médio). Por se tratar de um trabalho voltado para a área da Educação do município de São Borja-RS, nos voltaremos a apresentar dados referentes à Educação e à renda no IDHM São Borja, estabelecendo um comparativo entre os anos de 2000 e 2010 no que se refere à escolarização da população adulta do município e, também, apontar a porcentagem da população de acordo com a renda *per capita* que compõem os grupos extremamente pobres (renda *per capita* era igual ou inferior à R\$70,00), pobres (com renda *per capita* igual ou inferior à R\$140,00 mensais) ou vulneráveis à pobreza (renda *per capita* igual ou inferior a R\$255,00 mensais), de acordo com a classificação do Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal (2019).

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município, no quesito renda, nas últimas décadas, vem apresentando grande evolução, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (2010). “A renda per capita média de São Borja cresceu 72,34% nas últimas décadas, passando de R\$409,49, em 1991, para R\$496,09, em 2000 e para R\$705,72, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,91%” (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2019).

Figura 7 – Perfil socioeconômico da população são-borjense em 2010 (%)¹.



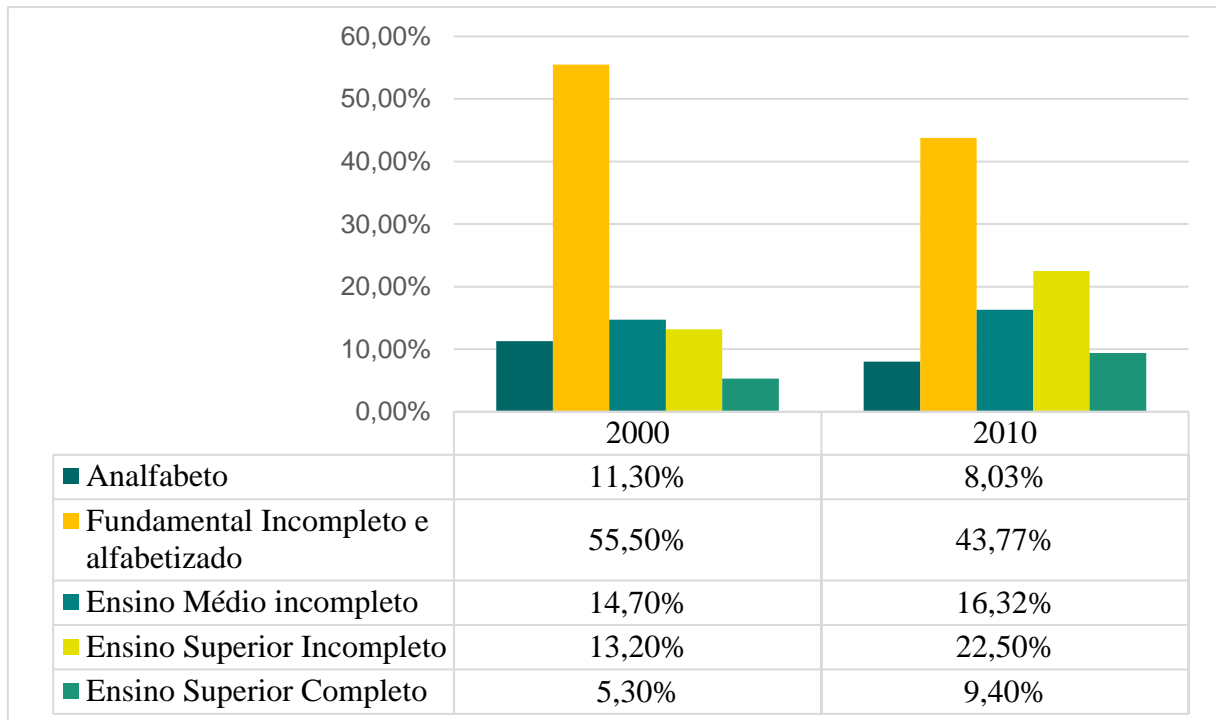
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2019).

Assim, é possível perceber que, se a população são-borjense, no ano de 2010, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 61.671 habitantes, 1.677 são-borjenses encontravam-se, em 2010, com renda *per capita* inferior ou igual a R\$70,00, 5.538 são-borjenses encontravam-se, em 2010, com renda *per capita* inferior ou igual a R\$140,00 e 19.087 são-borjenses encontravam-se, em 2010, com renda *per capita* inferior ou igual a R\$255,00.

Já no que se refere ao indicador escolaridade, que é classificado como Médio o indicador de escolaridade da população adulta (maiores de 25 anos de idade) carrega uma grande inércia em função das gerações mais antigas, de menor escolaridade, onde o acesso à educação era mais dificultosa em virtude ao baixo número de instituições da região.

¹ O universo de indivíduos da pesquisa, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Figura 8 – Nível de escolaridade da população adulta do município (%) - 2000/2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2010).

Como é possível observar no gráfico acima, os índices de analfabetismo, no município, se reduziram em 3,27% em um período de dez anos, ao mesmo passo em que o índice de pessoas adultas com ensino superior completo aumentou de 5,30% para 9,40% também em um período de dez anos. Este dado nos leva a refletir sobre como o fator educação, mesmo ainda sendo considerado baixo, nos parâmetros do IDH mundial, vêm apresentando relativa mudança nos últimos anos.

A “inércia” apontada pelo Atlas de Desenvolvimento Humano pode ser compreendida pela baixa escolaridade da população de maior idade devido à ausência de políticas de expansão da educação, tal qual conhecemos hoje. De acordo com Trevisol e Nierotka (2016), a problemática do acesso ao ensino superior pelas classes populares passou a ser enfrentada de forma mais significativa nos últimos dez anos.

As políticas de expansão e democratização do acesso ao ensino superior, implementadas nos últimos anos por meio de programas e ações como o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a Lei das Cotas, produziram alguns resultados significativos. O número de matrículas cresceu em torno de 76%, entre 2004 a 2013, passando de 4.163.733 para 7.305.977. Nesse período foram criadas 18 novas universidades públicas federais. O número de *campi* passou de 148, em 2002, para 321, em 2014 (MEC/INEP, 2014a). A expansão, a despeito de sua inegável importância, elevou de forma modesta a presença dos jovens com idade entre 18 a 24 anos nas universidades. De acordo com dados de 2013, do total de jovens

dessa faixa etária apenas 16,5% encontravam-se matriculados em algum curso de nível superior (MEC/INEP, 2014a). O percentual obtido ficou bem abaixo dos 33% estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2001-2010, razão pela qual o PNE vigente, sancionado em 2014, manteve a meta e a adiou (33% de escolarização líquida e 50% de escolarização bruta) para o ano de 2024 (TREVISOL, R. L.; NIEROTKA J. V., 2016, p. 23-24 apud BRASIL, 2001, 2014).

As políticas de expansão e democratização do acesso ao ensino superior foram implementadas no mesmo período em que os dados da taxa de escolaridade da população são-borjense foram analisados. Coincide, também, com o período de criação da Universidade Federal do Pampa em seus dez *campi*, incluindo São Borja-RS, a partir do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), primeiramente tendo suas atividades vinculadas à UFSM e UFPEL (2006) e, posteriormente, enquanto IES independente (2008), conforme visto anteriormente.

Assim, leva-se à reflexão sobre o papel das políticas de fomento à expansão do Ensino Superior no Brasil, onde a partir da implementação em seus dez campi, especialmente no município de São Borja-RS pode contribuir para mudanças significativas de uma região.

5.2 O perfil dos estudantes que frequentaram o projeto LEME

Compreender o perfil dos estudantes que frequentaram o projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM possibilita que seja estabelecida a relação entre quem o projeto já atendeu e qual o impacto das ações realizadas. Assim, o presente capítulo apresentará informações básicas dos estudantes (gênero, média de idade, região da cidade que habitava quando frequentou o projeto², escolaridade, média de renda etc.). Todas as informações prestadas no presente trabalho são oriundas do levantamento de dados nas fichas de matrículas dos estudantes, que se encontram arquivadas nas dependências do campus II da Universidade Federal do Pampa de São Borja-RS.

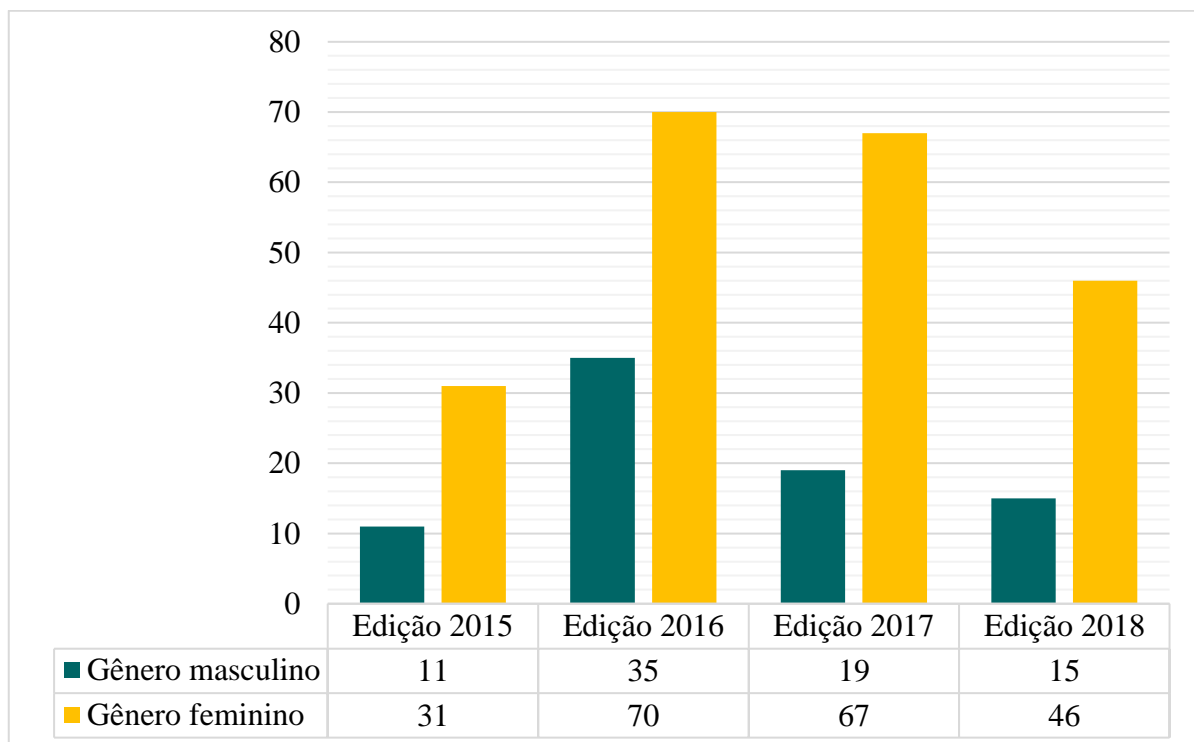
Nas quatro edições analisadas pelo presente trabalho, o projeto LEME atendeu duzentos e noventa e seis estudantes. A primeira edição, por se tratar de uma experimentação da proposta do projeto, atendeu a quarenta e dois estudantes, de acordo com a documentação arquivada nas dependências da Universidade (campus II), que se dividiram em uma turma de

² Para fins didáticos, a cidade foi dividida em regiões: Região Norte (Bairro José Pereira Alvarez, Bairro Itacherê, Bairro do Passo e suas respectivas Vilas), Região Sul (Bairro Bettim, Bairro Paraboi, Bairro Dr. Florêncio Aquino Guimarães e suas respectivas Vilas), Região Leste (Bairro do Tiro, Bairro Pirahy e suas respectivas Vilas), Região Oeste (Bairro Maria do Carmo e suas respectivas Vilas) e Região Central (Bairro do Centro). O mapa da cidade, bem como tabela especificando cada Bairro e Vila que compõem a Região podem ser consultados nos anexos do trabalho.

modalidade extensiva e uma turma de modalidade intensiva. Já a segunda edição, ocorrida no ano de 2016, atendeu a 105 estudantes, mostrando a ampliação do projeto e adesão da comunidade. No ano de 2017, o número total de estudantes atendidos foi de oitenta e seis. Este número se dividiu em duas turmas na modalidade extensiva (atendendo a sessenta e sete estudantes) e uma turma na modalidade intensiva, proposta no segundo semestre do ano de 2017 (atendendo a dezenove estudantes). Por último, no ano de 2018, o projeto atendeu a sessenta e três estudantes, divididos em duas turmas de modalidade extensiva, não havendo oferta de turmas na modalidade intensiva.

O que se destaca, em todas as edições do projeto, foi a predominância de estudantes do gênero feminino frente a estudantes do gênero masculino. No gráfico abaixo, é possível observar que em todas as edições, o público feminino foi o que se fez mais presente nas oficinas do projeto, representando 72,2% do público total.

Figura 9 – Gênero dos estudantes que frequentaram o projeto LEME

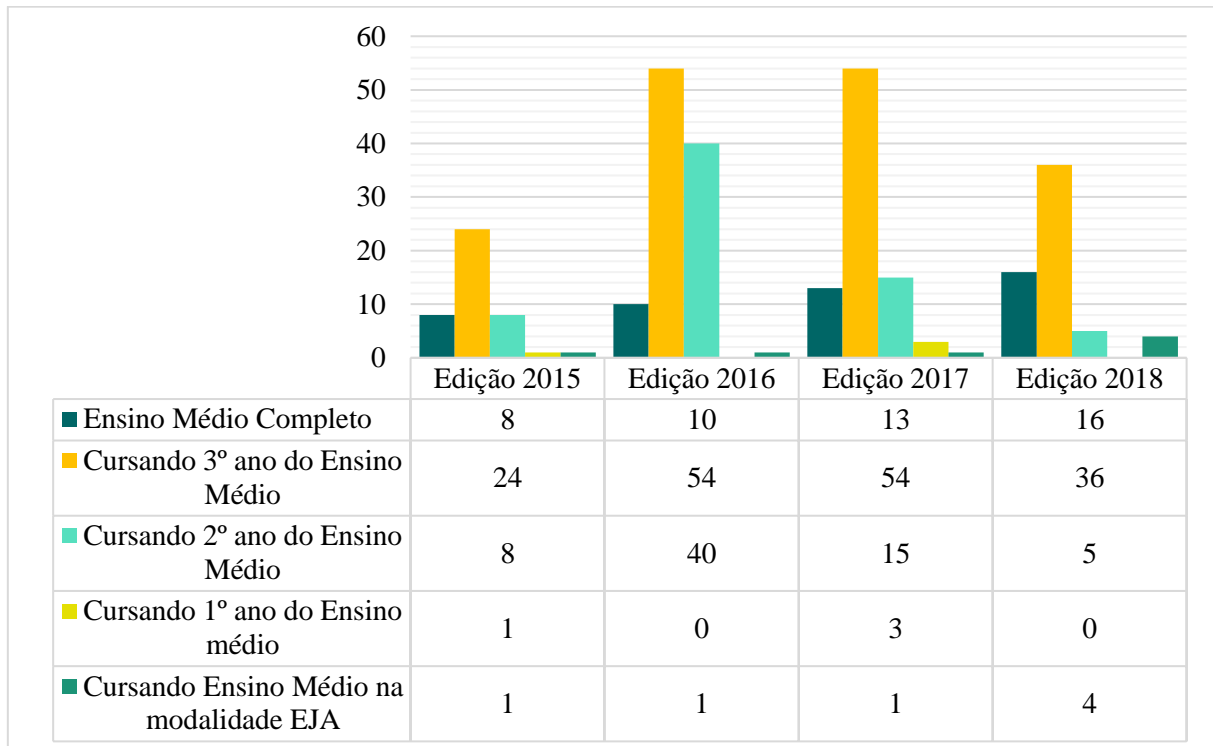


Fonte: Levantamento da autora

Outro ponto observado pela pesquisa documental se refere à escolaridade do projeto, onde é possível perceber que o projeto já atendeu a todos os níveis objetivados pelo mesmo, desde alunos do nível Médio de educação (1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio e

Educação de Jovens e Adultos - EJA) quanto, também, pessoas com Ensino Médio completo que objetivavam retornar à sala de aula através da prova do ENEM.

Figura 10 – Escolaridade dos estudantes que frequentaram o projeto.

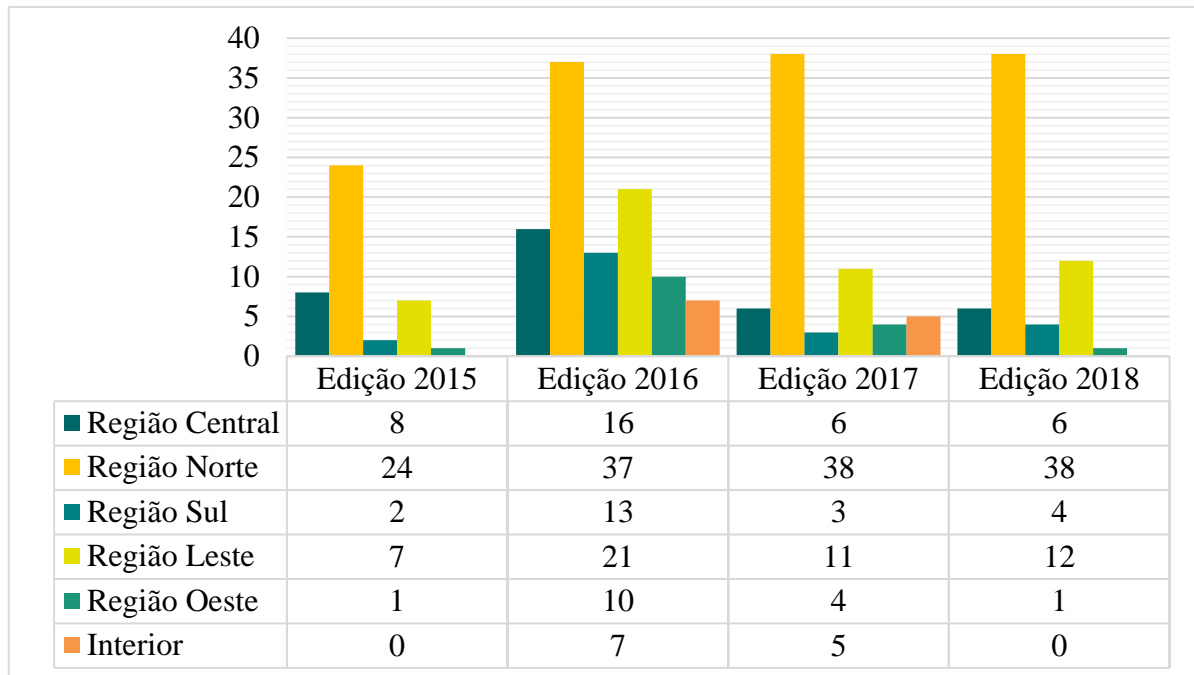


Fonte: Levantamento da autora.

Como é possível observar no gráfico acima, o principal público atendido pelo projeto é o de estudantes que, ao participar do projeto LEME, estavam cursando o 3º ano do Ensino Médio (57% do número total de estudantes que frequentaram o projeto em suas quatro edições). No entanto, não se pode deixar de observar que, o número de estudantes que já haviam concluído o ensino médio demonstrou significativo aumento no decorrer das edições e, da soma total de alunos que já frequentaram o projeto, 15,8% dos estudantes já haviam concluído o nível médio e retornaram à sala de aula em busca do acesso ao Ensino Superior. Desta forma, a edição do ano de 2018 se destaca por possuir um contingente muito grande de estudantes que cursavam o 3º ano do Ensino Médio ou já haviam concluído o Ensino Médio e retornaram à sala a fim de disputar uma vaga no Ensino Superior.

Já no que se refere quanto à região onde estes estudantes residiam quando frequentavam o projeto, podemos observar:

Figura 11 – Região onde os estudantes habitavam quando frequentaram o projeto



Fonte: Levantamento da autora.

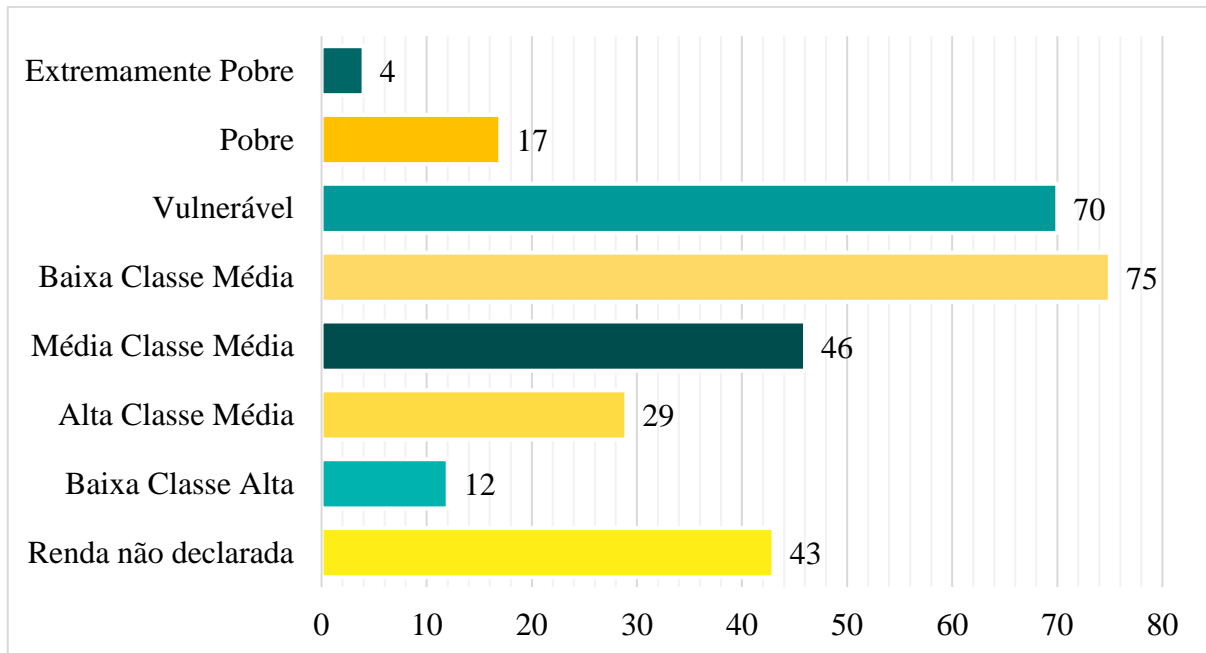
Como é possível observar no gráfico acima, em todas as edições, predominou o número de alunos oriundos da região norte do município, correspondendo a 42,9% do número total de estudantes que o projeto já atendeu. Cabe ressaltar, desta forma, que a Universidade Federal do Pampa, local onde se realizam as atividades do projeto, também está localizada na região Norte do município. Sendo assim, é perceptível que as atividades do projeto cumprem com os propósitos das políticas extensionistas não somente da UNIPAMPA, como também, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, conforme apontado no capítulo anterior. Isto ocorre porque projeto consegue atingir especialmente a comunidade onde está inserido, de forma a inserir a comunidade que cerca a UNIPAMPA dentro do ambiente universitário e, assim, rompendo com os muros existentes entre UNIPAMPA e comunidade.

O último dado levantado através de pesquisa bibliográfica se refere à média de renda *per capita*³ dos estudantes. Para a classificação socioeconômica dos estudantes, adotou-se o critério estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal (REVISTA VALOR ONLINE, 2012), onde, através da renda *per capita*, classifica-se: Extremamente Pobre (até R\$81,00); Pobre, Mas Não Extremamente Pobre (até R\$162,00);

³ Renda por pessoa habitante do imóvel onde residia o estudante no ano em que frequentou o projeto. O cálculo realizado para levantamento desta foi a soma dos comprovantes de renda apresentados pelos estudantes e dividido pelo número de habitantes do imóvel.

Vulnerável (até R\$291,00); Baixa Classe Média (até R\$441,00); Média Classe Média (até R\$641,00), Alta Classe Média (até R\$1.019,00); Baixa Classe Alta (até R\$2.448,00); e Alta Classe Alta (R\$2.448,00).

Figura 12 – Classificação socioeconômica dos estudantes de acordo com a renda *per capita*⁴.



Fonte: Levantamento da autora.

Como é possível observar, o perfil socioeconômico dos estudantes do projeto LEME mostrou-se diversificado. A predominância, nas quatro edições, foi de estudantes de Baixa Classe Média, seguidos de estudantes de perfil socioeconômico vulnerável. O que se atenta, neste momento, é que o número de estudantes extremamente pobres e pobres é relativamente baixo, frente ao número de estudantes de Média Classe Média, Alta Classe Média e Baixa Classe Alta. No entanto, deve-se considerar, também, que apenas 2,72% da população são-borjense é classificada, de acordo com o IDHM (2019), como extremamente pobre e 8,98% da população é classificada como pobre e 30,95% da população é classificada como vulnerável. Ou seja, grande parte da população são-borjense (aproximadamente 57% da população) é pertencente à Baixa Classe Média ou perfis socioeconômicos consequentes.

O projeto não registrou a participação de nenhum estudante de perfil socioeconômico caracterizado como Alta Classe Alta. Todavia, cabe destacar que, do número

⁴ Considerou-se como “Renda não declarada” a renda daqueles estudantes cujos comprovantes de renda não constavam anexados à ficha de matrícula destes. Isto porque, mesmo que estes tenham os apresentado, não há como comprovar que a renda declarada pelos estudantes é a mesma constante nos comprovantes de renda, visto que em muitas fichas de matrículas os valores declarados e os valores comprovados não conferiam.

total de fichas de matrículas analisadas, vinte e oito não possuíam comprovante de renda da família dos estudantes. Logo, não há como considerar que o perfil socioeconômico atendido pelo projeto seja exclusivamente o que está declarado no gráfico. Isto é, pode haver variáveis que alterariam as informações encontradas a partir da pesquisa documental.

Levando em consideração os aspectos citados anteriormente, percebe-se que o perfil dos estudantes que frequentaram o projeto LEME nas edições 2015-2018 são, majoritariamente, do gênero feminino, em fase de conclusão do Ensino Médio ou com Ensino Médio Completo, oriundos de bairros próximos à Universidade Federal do Pampa e dos grupos de renda “Vulnerável” e “Baixa Classe Média”, conforme a classificação da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal (REVISTA VALOR ONLINE, 2012). Assim, desde já, é possível afirmar que o projeto cumpre com sua premissa de aproximar a comunidade onde está inserido da Universidade, inserindo estudantes do Ensino Médio e aqueles que desejam retornar à sala de aula, no ambiente da Universidade. No entanto, ainda há deficiências quanto ao público atingido, o que explicita a necessidade de se pensar alternativas de se alcançar estudantes pertencentes aos grupos de renda “Extremamente Pobre” e “Pobre” de forma efetiva, mesmo sendo dois grupos considerados pequenos frente à média de renda *per capita* municipal, com intuito de cumprir com os propósitos do projeto e, além disso, aproximá-los da realidade do ensino superior público e de qualidade.

5.3 Impactos do projeto

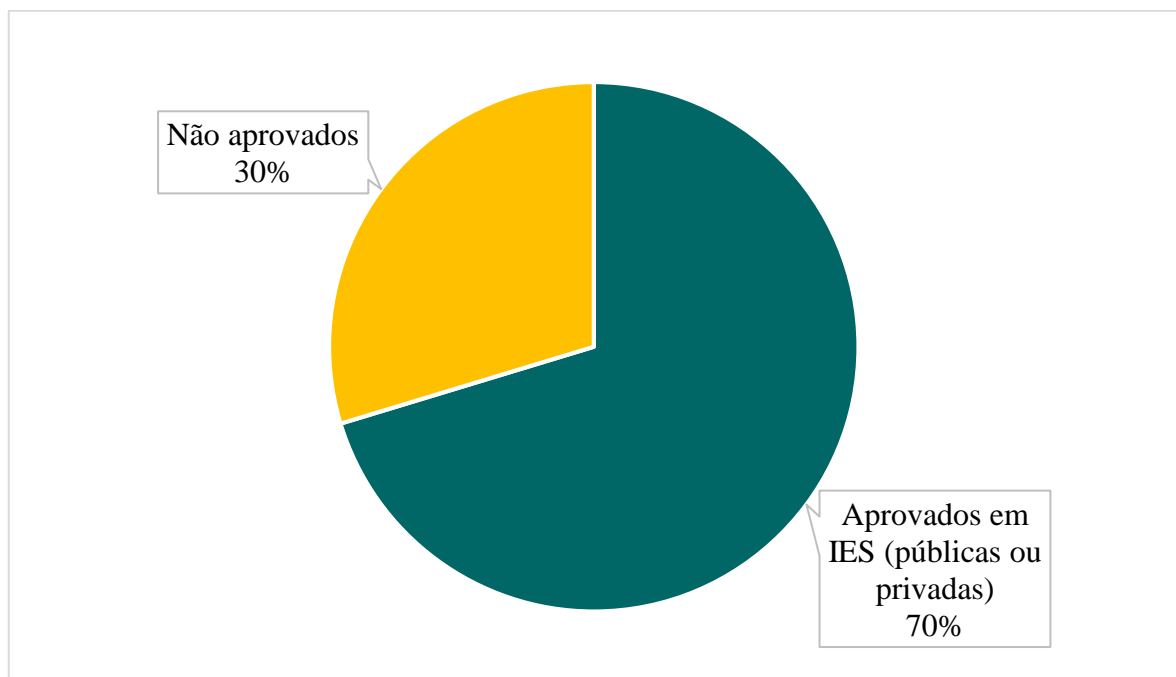
De acordo com o que foi analisado até o presente momento, é possível observar que os impactos do projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM encaminham-se para além dos dados quantitativos de aprovação dos estudantes. Compreender que o processo de aprovação se dá muito além do resultado de uma prova objetiva é algo que Pierre Bourdieu (2012) atribui, assim, aos fatores sociais e econômicos enquanto influenciadores do processo de formação do indivíduo, conforme foi destacado anteriormente. Estes fatores, que podem ser atribuídos a heranças familiares e sociais influirão, diretamente, no rumo da formação dos estudantes e acesso ao ensino superior.

No projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM, por exemplo, esta informação é observada frente à não aprovação no Ensino Superior. A partir da análise dos dados dos estudantes participantes das edições 2017 e 2018, foi possível perceber que muitos dos estudantes não aprovados em IES ou encontravam no perfil socioeconômico extremamente pobre, pobre ou vulnerável. Desta forma, retomamos a reflexão sobre como garantir auxílio

efetivo a estes estudantes no decorrer do projeto, assegurando meios efetivos de acesso ao ensino superior.

No ano de 2017, como foi observado anteriormente, o projeto contou com um total de cento e cinco estudantes matriculados, onde um total de sessenta e quatro já possuíam o Ensino Médio completo e/ou eram concluintes em 2017. Desta forma, estes estudantes realizaram a prova do ENEM objetivando uma vaga no Ensino Superior no ano de 2018. Observemos, então, o índice de aprovação dos estudantes:

Figura 13 – Índice de aprovação dos estudantes em IES (ingresso em 2018)

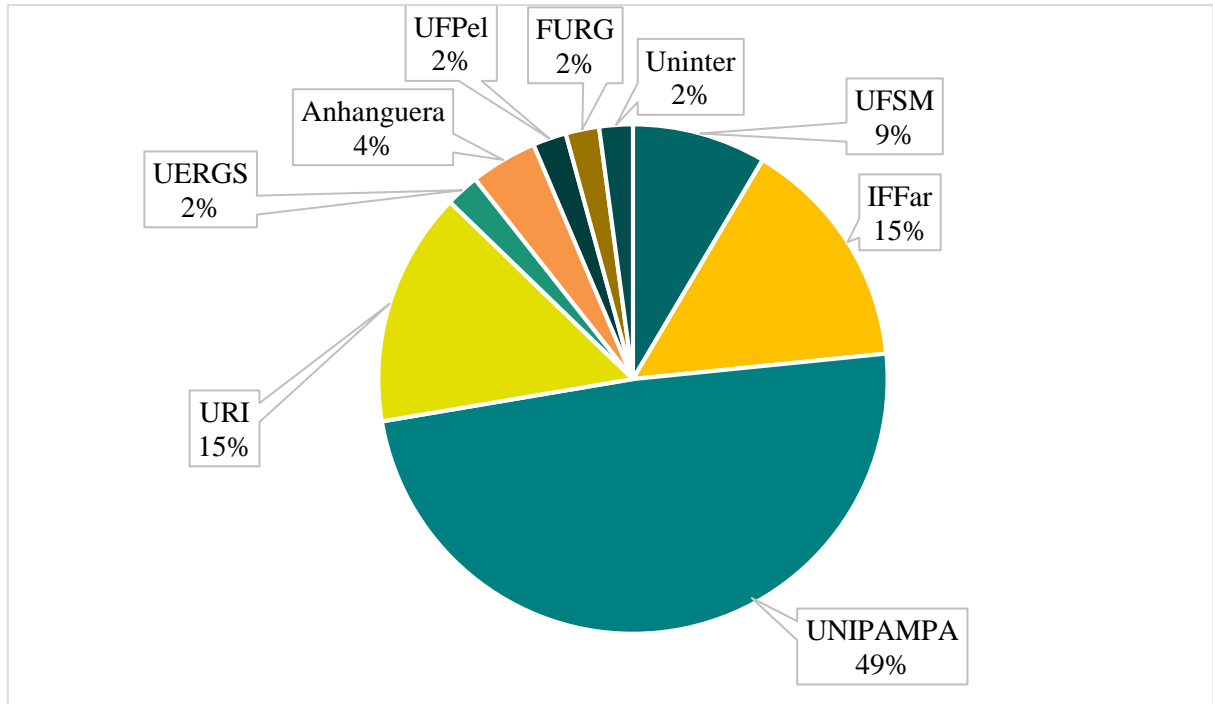


Fonte: Levantamento da autora.

Como é possível observar, o índice de aprovações dos estudantes que frequentaram o projeto LEME em 2017 é de 70% (quarenta e cinco estudantes, ao total). Dentre as instituições a qual estes estudantes ingressaram, destacam-se a UNIPAMPA (vinte e quatro alunos) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, campus São Borja (sete estudantes). Das instituições privadas, destaca-se a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI (sete estudantes).

Conforme levantamento realizado, dos estudantes que frequentaram o projeto LEME e foram aprovados na UNIPAMPA, 33% dos estudantes ingressaram em cursos ofertados no campus São Borja-RS, destacando-se o curso de Ciências Humanas – Licenciatura (11%). O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFFar), campus São Borja-RS, também obteve um percentual significativo de estudantes aprovados (15%).

Figura 14 – IES em que os estudantes foram aprovados (ingresso em 2018).

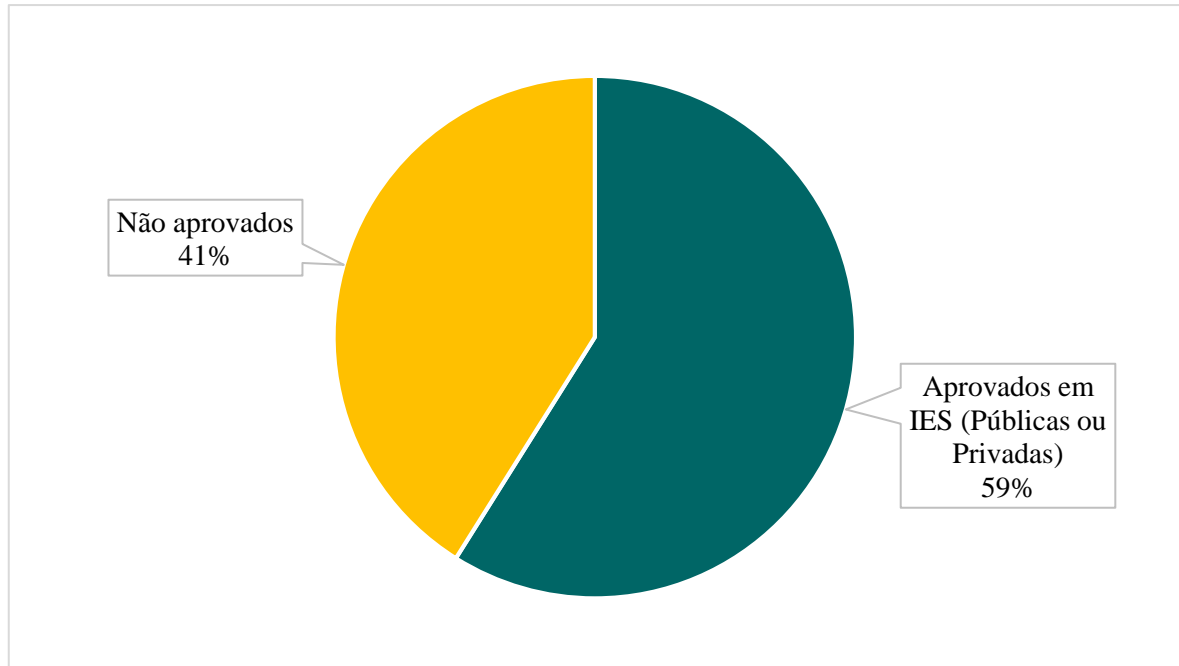


Fonte: Levantamento da autora.

Como é possível observar, no ano de 2018, 49% dos estudantes que frequentaram a edição 2017 do projeto LEME ingressaram em algum curso ofertado pela UNIPAMPA. Também foram escolhidas pelos estudantes a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Das IES privadas, destacaram-se a Universidade regional Integrada do Alto Uruguai (URI) e Anhanguera (São Borja-RS).

Já na edição de 2018, o projeto contou com um total de dezesseis estudantes com Ensino Médio Completo, trinta e seis estudantes que estavam cursando o 3º ano do Ensino Médio e quatro estudantes cursando o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos com previsão de conclusão ainda no ano de 2018. Ao somar estes números, conta-se com um total de cinquenta e seis estudantes aptos a ingressar no Ensino Superior em 2019.

Figura 15 – Índice de aprovações dos estudantes em IES (ingresso em 2019/I)



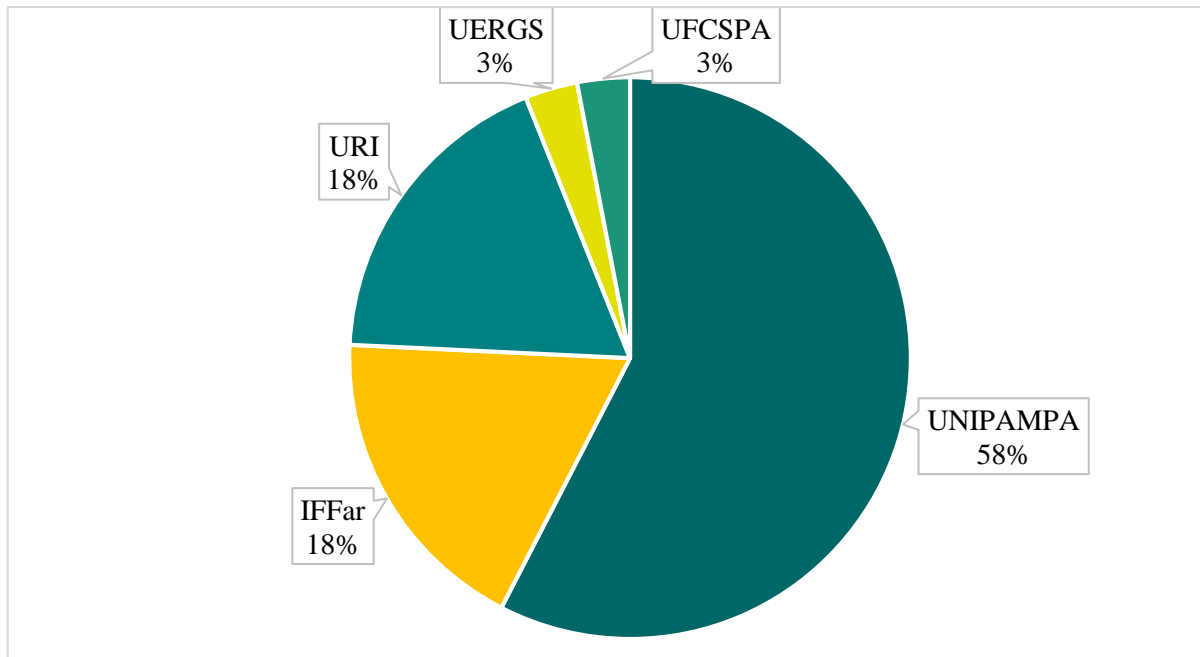
Fonte: Levantamento da autora.

Como é possível observar, 59% dos estudantes que frequentaram o projeto LEME na edição de 2018 foram aprovados em IES públicas ou privadas no primeiro semestre do ano de 2019. Observa-se, todavia, que ao compararmos a porcentagem de aprovação dos alunos frequentadores do ano de 2017, o índice de aprovação em IES diminuiu em 11%. No entanto, cabe destacar que a presente pesquisa se deu no primeiro semestre do ano de 2019, não sendo possível averiguar as aprovações dos estudantes para ingresso no segundo semestre, assim como se realizou nas aprovações para ingresso em 2018 (1º e 2º semestre).

Assim como apontou o levantamento dos alunos da edição 2017, os resultados dos processos seletivos para ingresso no primeiro semestre de 2019 apontaram 58% dos estudantes ingressaram em cursos ofertados pela Universidade Federal do Pampa, em seus dez campi. Cabe destacar, ainda, que somente no primeiro semestre do ano de 2019, o número de estudantes aprovados nos cursos ofertados pela UNIPAMPA subiu em 9% em comparação às aprovações para ingresso no primeiro e segundo semestre do ano de 2018. Destacou-se, entre os estudantes desta edição, o campus São Borja-RS, onde dezesseis estudantes (28,5% dos estudantes aprovados em IES) ingressaram em cursos superiores ofertados pelo campus onde ocorrem as atividades do projeto LEME.

Além da UNIPAMPA campus São Borja-RS, outras IES foram escolhidas pelos estudantes para cursar o Ensino Superior, conforme aponta o gráfico abaixo:

Figura 16 – IES em que os estudantes foram aprovados (ingresso em 2019/I)



Fonte: Levantamento da autora.

A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) foi uma IES consideravelmente procurada pelos estudantes, tanto para ingresso no ano de 2018 como, também, 2019. No entanto, não é possível mensurar se estes estudantes aprovados na respectiva instituição foram beneficiados por algum programa de incentivo ao acesso do Ensino Superior, uma vez que as listas dos candidatos aprovados não foram encontradas *online* e grande parte dos estudantes não retornaram a pesquisa.

Como é possível observar, nas duas edições onde se realizou levantamento do índice de aprovações, o ingresso na UNIPAMPA destacou-se frente às demais IES. Isto se dá porque, de acordo com a Entrevistada de número 06, inserir-se no ambiente da UNIPAMPA pode colaborar para esta escolha por parte dos estudantes:

[...] eu acho que o projeto, ele trouxe uma visão diferente assim, da UNIPAMPA, porque tem muita gente que tem preconceito, não sei porque, dali da UNIPAMPA, que parece que as pessoas não vão ali pra estudar, que a instituição, como diz? É a toa, né? E as pessoas entram no projeto e já se interessam. Pelo menos o meu namorado gostou muito dali. Que tinha uma visão diferente e daí chegou lá e se chocou, achou bem interessante, né?! Pelo menos com Humanas, essas daí o pessoal se interessa bastante. Eu acho que trouxe outra visão pra Universidade [...] eu acho bem importante essa parte aí porque traz a visão e daí até ajuda as pessoas a decidirem, se interessam, porque as pessoas daqui não dão muito valor pros cursos que tem aqui (ENTREVISTADA 06, 2019).

Na visão da estudante entrevistada, que participou do projeto nas edições 2016 e 2017, a comunidade são-borjense possui muitos preconceitos sobre a UNIPAMPA. Esta colocação corrobora com o que é dito pelo Entrevistado nº 04 (2019), que fez parte do projeto na edição 2015. De acordo com ele, este preconceito existente da sociedade com a UNIPAMPA vem sendo desconstruído pelos projetos, especialmente pelo projeto LEME. Mesmo sendo de forma lenta e gradativa, esta desconstrução se faz importante para que a Universidade seja reconhecida e valorizada pela comunidade onde está inserida. Ainda de acordo com o entrevistado, esta visão distorcida que se tem da UNIPAMPA parte do desconhecimento, por parte da população, do que é realizado e ofertado pela instituição. Assim, enquanto sugestões para o projeto, este sugeriu oficinas de apresentação dos cursos, dos professores, de visitação ao campus etc.

Já no que se refere às contribuições para a preparação para o ENEM, os entrevistados responderam de forma unânime que o projeto colabora, sim, em sua proposta para com os estudantes e estes indicariam (e já indicaram) o projeto para estudantes que pretendem realizar a prova do ENEM. No entanto, enquanto sugestões, apontam a necessidade de oficinas da área das Ciências da Natureza e de Linguagens, onde não há voluntários devido à grande dificuldade da equipe em encontrar voluntários aptos para a ministração destas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que as Universidades Federais causam impacto significativo no local onde estão inseridas. No entanto, ainda se faz necessária a reflexão e o debate acerca do rompimento dos muros existentes entre comunidade e sociedade e como o processo de inserção da comunidade na Universidade pode ser concretizada, especialmente por aqueles oriundos das classes sociais mais propensas à vulnerabilidade social. A discussão e reflexão de alternativas para que o processo de desconstrução do processo de elitização do Ensino Superior de forma efetiva vem se mostrando, nas últimas décadas, um debate de suma importância para o desenvolvimento da sociedade brasileira e do país como um todo. Desta forma, a partir das políticas afirmativas de democratização do acesso ao ensino superior citadas anteriormente e a institucionalização da Extensão enquanto pilar para a formação profissional de estudantes do Ensino Superior se fazem de extrema importância para a construção conjunta de saberes de forma dialógica e democrática, aliando teoria e prática, saber acadêmico e popular.

Partido dessa premissa e ao analisarmos o Índice de Desenvolvimento Humano do município de São Borja-RS, em especial o indicador do nível de escolaridade da população são-borjense, a Universidade Federal do Pampa surge enquanto uma iniciativa pública para democratização do acesso ao ensino superior, especialmente na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e no município de São Borja onde, de acordo com o Censo 2010, ainda possui um IDHM Educacional considerado baixo, conforme os parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano global.

Sendo assim, o curso de Ciências Humanas – Licenciatura se insere no município com o intuito de suprir a deficiência de professores graduados na área na região e, o projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM, surge vinculado a esta realidade de forma a ampliar o espaço para a prática da docência dos estudantes do curso e, aliado a isto, proporcionar um espaço de preparação para o ENEM democrático e de aprendizado mútuo, conforme dispõe as Políticas Nacionais de Extensão das Universidades Brasileiras.

Nas quatro edições analisadas, o projeto contou com um perfil diversificado de estudantes e, a partir da pesquisa realizada, pode-se observar que grande parte dos estudantes que frequentaram o projeto LEME estão inseridos na região que cerca a Universidade. Além disso, o índice de aprovação dos estudantes frequentadores das duas últimas edições do projeto aponta que mais de 50% dos estudantes aprovam em IES e, destas, a UNIPAMPA é a principal opção de ingresso destes estudantes. A partir destes dois levantamentos, observa-se então que

o projeto LEME cumpre com sua proposta de aproximar a comunidade ao ambiente da Universidade e auxiliar estudantes do município de São Borja no ingresso ao Ensino Superior.

No entanto, a partir da pesquisa realizada no presente trabalho, apontou-se que o projeto ainda não consegue atender ao seu público-alvo em sua totalidade, sendo que grande parte dos estudantes frequentadores do projeto não se encontram em vulnerabilidade social. Apesar destes não possuírem condições de custear um cursinho preparatório privado, deve-se buscar alternativas para que estudantes dos perfis socioeconômicos mais vulneráveis sejam atingidos pelo projeto de forma efetiva. Para isto, se faz necessária a discussão e estruturação de estratégias de divulgação que atinja este público e garanta sua permanência, tanto no projeto quanto no processo seletivo para o ingresso no Ensino Superior. Atenta-se a este fato pois, conforme foi visto na discussão teórica apresentada, estudantes das classes mais vulneráveis tendem a “excluir-se” do processo em virtude de suas necessidades de trabalhar e/ou, até mesmo, de forma inconsciente devido às diferenças de heranças sociais e culturais frente aos estudantes das classes mais elevadas. No entanto, não se pode deixar de considerar que mais de 57% da população do município de São Borja é classificada como Baixa Classe Média e perfis socioeconômicos que a sucedem, o que faz com que estudantes oriundos dos perfis “extremamente pobres” ou “pobres” formem um quantitativo relativamente baixo.

Assim, a partir da presente pesquisa, foi possível perceber a importância das ações extensionistas frente ao seu papel social desempenhado e, quanto ao objeto de estudo do presente trabalho, suas contribuições significativas nestas quatro edições já realizadas. Por isso, estima-se que o projeto tende a se desenvolver mais a cada edição realizada, uma vez que sua consolidação vem se fazendo de forma eficaz na percepção dos estudantes que o frequentaram e, também, de acordo com os dados quantitativos levantados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005**. Plano Nacional de Educação – PNE. Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 20 mai. 2019.

CASTRO, Jorge Orlando; TOMMASINO, Humberto (org.). A Universidade Brasileira e sua Inserção Social. In: DEUS, Sandra de; HENRIQUES, Regina Lucia Monteiro. **Los Caminos de la Extensión en América Latina y el Caribe**. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. p. 77-92.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, v. 22, n. 28, p.17-36, jul – dez 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/7609/5423>. Acesso em: 25 abr. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus – AM: 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2018.

FREIRE, Paulo. A concepção “bancária” da educação como instrumento da opressão. Seus pressupostos, sua crítica. In: _____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 33-44.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. “Definição” primeira: o que é educação popular? In: _____. **Que fazer** – Teoria e Prática em educação popular. 4.ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1989. p. 19-24.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sobre o campus São Borja-RS**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/institucional-sb>. Acesso em: 09 abr. 2019.Hora: 13h57min.

LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM. **Estatuto**. São Borja-RS: UNIPAMPA, 2015.

LEME: OFICINAS PREPARATÓRIAS PARA O ENEM. São Borja. **Página Oficial**. Facebook: LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM @lemeoficinas. Disponível em: <https://www.facebook.com/lemeoficinas/>. Acesso em: 23 mai. 2019.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org). Ensino superior e universidade no Brasil. In: CUNHA, Luiz Antônio. **500 anos de Educação no Brasil**. 5. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 151 – 204.

MOURA, Thais Costa; OLIVEIRA, Gerson de Lima; NUNES, Lauren de Lacerda. O projeto “LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM” em contraste com a escola – uma análise do ensino da Sociologia em um projeto de Extensão Universitária. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS HUMANAS – COINTER*, v. 2. São Borja-RS, 2017. **Anais [...]**. São Borja, RS: UNIPAMPA, 2017. Tema: Educação. Eixo Temático: Relatos de Experiências Educativas. p. 324-344. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/be5458_ddb2c0c9fe114496a35314513b978b30.pdf. Acesso em: 25 maio 2019.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. *In: BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. P. 39-64.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. A herança familiar desigual e suas implicações escolares. *In: _____ . Bourdieu & a Educação*. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. P. 51-69.

NUNES, Lauren de Lacerda. LEME: oficinas preparatórias para o ENEM. **Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão**. Disponível em: www10.unipampa.edu.br/sippe/. Gerado em: 05 jun. 2017.

PEDROSO, Rodrigo. Nova definição de Classe Média abrange 54% da população brasileira. **Revista Valor Online**. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/2682174/nova-definicao-da-classe-media-abrange-54-da-populacao-brasileira>. Acesso em: 08 de jun. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA. **Mapa da área urbana**. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos – SMPOP: 2018.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO – RENEX. O Plano Nacional de Extensão Universitária. **Coleção Extensão Universitária**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2018.

SANTOS, J. H. de S; ROCHA, B. F; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. V. 7, n. 1, p. 23-28, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087/pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

SOUSA, Ana Luiza. **A história da Extensão Universitária a partir de seus interlocutores**. Goiânia – Goiás, 1995. 352 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 1995.

TREVISOL, Joviles Vítório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003>. Acesso em: 27 maio 2019.

UNIPAMPA. **Estatuto**. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2017/12/estatuto-nova-versaodocx.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

UNIPAMPA. Projetos. **Curso de Ciências Humanas – Licenciatura**. São Borja, 2019. Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciashumanas/pagina_fixa/projetos/. Acesso em: 23 mai. 2019.

UNIPAMPA. **Projeto Político Pedagógico do curso de graduação em Ciências Humanas - Licenciatura**. São Borja, 2014. Disponível em: http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/133/3/PPC_Ci%C3%A4ncias%20Humanas_S%C3%A3o%20Borja_2014.pdf. Acesso em: 18 abr. 2019.

UNIPAMPA. **Resolução nº 5, de junho de 2010**. Regimento Geral. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

UNIPAMPA. **Resolução nº 29, de abril de 2011**. Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-29_2011-Normas-B%C3%A1sicas-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-Alterada-pela-Res.-782.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

UNIPAMPA. **Resolução nº 71, de fevereiro de 2013**. Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

UNIPAMPA. **Resolução nº 104, de agosto de 2015**. Normas de Extensão e Cultura. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--104_2015-normas-de-extensao-e-cultura.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

APÊNDICE A – Perguntas direcionadas à entrevista semi-estruturada

1. Nome e Idade:
2. Qual edição participou do Projeto?
3. Quantos anos tinha quando frequentou o projeto?
4. Você já conhecia a UNIPAMPA antes de frequentar o projeto LEME?
5. Ingressou em alguma IES após frequentar o projeto LEME?
6. Você acredita que o projeto LEME tenha colaborado para seu ingresso no Ensino Superior?
Por quê?
7. O que o projeto LEME representou na sua formação pessoal e na sua preparação para o ENEM?
8. Você frequentou o projeto LEME até o final?
 - 7.1 Se não, o que levou você a deixar de frequentá-lo?
9. Você indicaria o projeto LEME para quem ainda irá realizar a prova do ENEM?

APÊNDICE B – Divisão da zona urbana do município de São Borja-RS por regiões

REGIÃO	BAIRROS	VILAS E COMPLEXOS HABITACIONAIS
Central	Centro	-
Norte	José Pereira Alvarez	Jóquei Clube
		Loteamento Assis Brasil
		Vila Kubistscheck
		Loteamento Arthur Rubens Dias
	Itacherê	Vila Leonel de Moura Brizola
		Comp. Hab. Hedelbrando Aquino Guimarães
		Vila Tiradentes
		Vila Aparício Sampaio
		Vila Jaguari
	Passo	Vila Vicentinos
		Vila Miriam Teixeira Cabeleira
		Vila da Praia
		Vila Alfredo Arno Andres
		Vila Arneldo Matter
		Vila Progresso
		Vila Ernesto Dornelles
	Loteamento Filisbino Cidade	
	Sul	Bettim
Vila Pres. João Goulart		
Loteamento Jozóé Rodrigues		
Vila das Pontes		
Paraboi	-	

	Dr. Florêncio Aquino Guimarães	-
Leste	Tiro	Vila Dr. Alvimar Garces Cabeleira
		Vila São Francisco
	Pirahy	Vila Santos Reis
Oeste	Maria do Carmo	Vila Boa Vista
		Loteamento Sete Povos

APÊNDICE C – Termo de cessão de direitos de entrevista (áudio)



CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE ENTREVISTA (ÁUDIO)

Pelo presente documento, eu, entrevistado(a), _____, RG nº. _____, declaro ceder à pesquisadora **Thais Costa Moura**, residente e domiciliada no município de **São Borja**, na **Rua Leandro Aragon, nº. 341, bairro José Pereira Alvarez**, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento que prestei à pesquisadora aqui referida, no município de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em ____ de _____ de 2019, como subsídio à pesquisa realizada para Trabalho de Conclusão do curso de Ciências Humanas – Licenciatura, da UNIPAMPA, Campus São Borja-RS, intitulado “Os impactos das ações extensionistas do projeto LEME: Oficinas Preparatórias para o ENEM aos estudantes do município de São Borja-RS”. O trabalho tem como orientador o prof. Dr. Gerson de Lima Oliveira, docente em exercício no Campus São Borja da UNIPAMPA, o qual poderá ser contatado em caso de quaisquer dúvidas, através do e-mail gerson.oliveira@ufrgs.br. A pesquisadora e o referido orientador ficam autorizados a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

São Borja, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE D – Registros fotográficos de ações realizadas nas quatro edições do projeto



Primeira oficina realizada no projeto LEME (Edição 2015). Fonte: Assessoria Integrada de Comunicação do projeto LEME.



Oficina de apresentação do curso de Serviço Social da UNIPAMPA (edição 2015). Fonte: Assessoria Integrada de Comunicação do projeto LEME.



Processo seletivo para novos alunos edição 2016. Fonte: Assessoria Integrada de Comunicação do projeto LEME.



Primeira Oficina Cultural realizada no projeto em parceria com a Confraria Ventania. Tema: Identidade. Fonte: Assessoria de Comunicação Integrada do projeto LEME.



Primeiro Aulão Aberto Interdisciplinar do projeto LEME (2016). Tema: Globalização. Fonte: Assessoria Integrada de Comunicação do projeto LEME.



Oficina de stencil (customização de camisetas) – edição 2017. Fonte: Assessoria Integrada de Comunicação do projeto LEME.



Segundo Aulão Aberto Interdisciplinar do projeto LEME (2017). Tema: Mundo do Trabalho – Sociedade em Transformação. Fonte: Assessoria Integrada de Comunicação do projeto LEME.



Processo Seletivo para novos alunos (edição 2018). Fonte: Assessoria Integrada de Comunicação do projeto LEME.

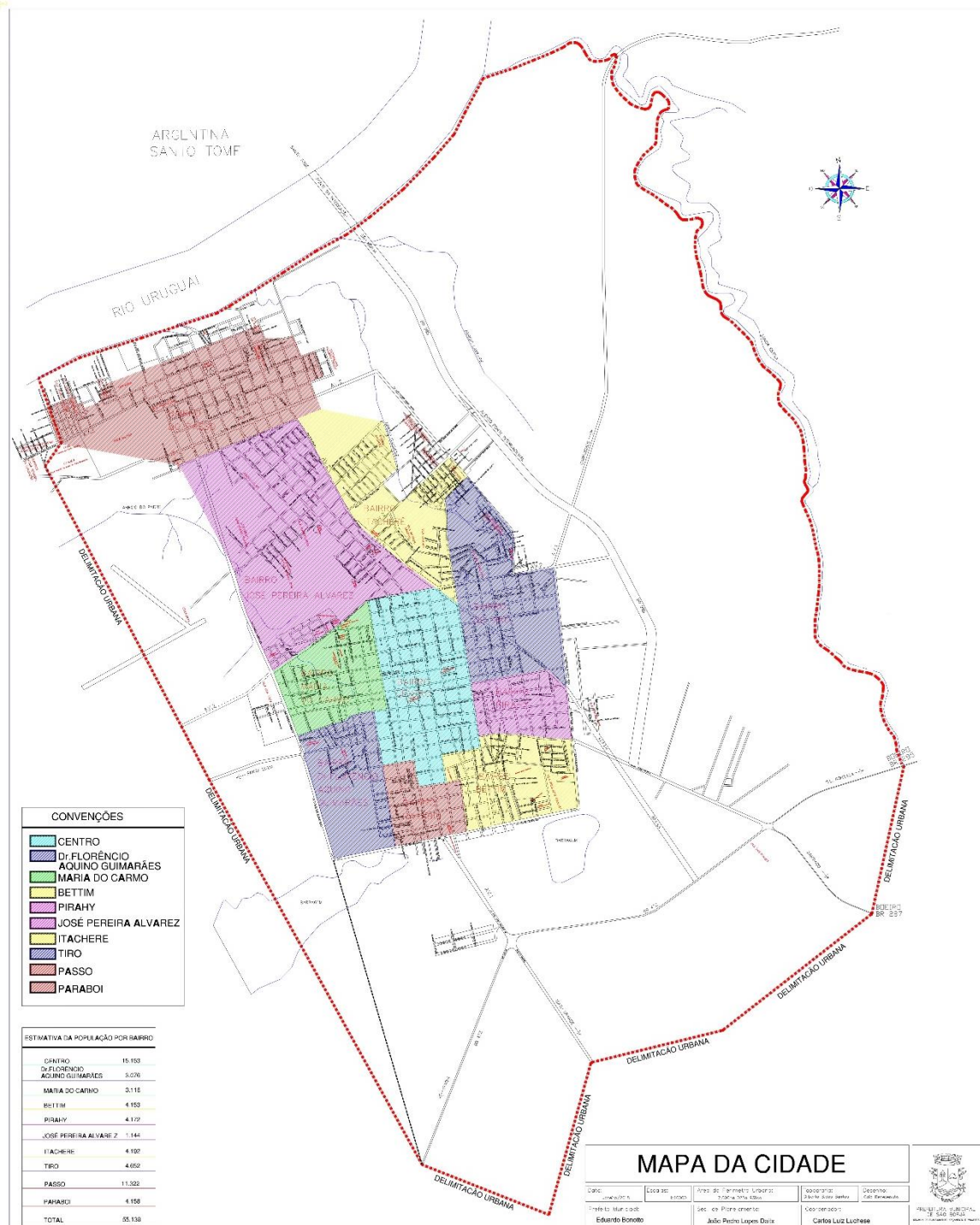


Visitação aos estúdios de TV, Rádio, Fotografia e Edição do campus São Borja da UNIPAMPA (2018). Fonte: Assessoria Integrada de Comunicação do projeto LEME.



Terceiro Aulão Aberto Interdisciplinar do projeto LEME (2018). Tema: Diversidade Cultural. Fonte: Assessoria Integrada de Comunicação do projeto LEME.

ANEXO A – Mapa da área urbana do município de São Borja



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos – SMPOP. 2018.